



António Manuel Gomes Lopes

**Expectativas e resultados da instalação de jovens
agricultores ao abrigo de programas de apoios ao investimento
no distrito de Viseu**

Orientadora: Doutora Maria Isabel Ribeiro Dinis

Coimbra, 13 de maio de 2020



António Manuel Gomes Lopes

**Expectativas e resultados da instalação de jovens
agricultores ao abrigo de programas de apoios ao investimento
no distrito de Viseu**

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior
Agrária de Coimbra para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de
Empresas Agrícolas

Orientadora: **Doutora Maria Isabel Ribeiro Dinis**

Coimbra, 13 de maio de 2010

Agradecimentos

Esta dissertação representa o fim de uma das etapas da minha vida, o Mestrado em Gestão de Empresas Agrícolas, na Escola Superior Agrária e no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Esta caminhada não seria possível sem a ajuda de muitas pessoas, amigos e família que, embora não estejam aqui todos mencionados, sabem que tenho um especial carinho por vós. A todos os que estiveram presentes e que foram indispensáveis ao longo da realização desta etapa, os meus sinceros agradecimentos.

À professora Maria Isabel Dinis pela excelente orientação, pela experiência e conhecimentos que me proporcionou, pelo apoio, dedicação, simpatia e paciência com que me recebeu e acompanhou durante o meu percurso.

Aos Jovens Agricultores que aceitaram ser entrevistados.

À Erika Domingues, por ter estado sempre do meu lado em todos os momentos, bons e menos bons ao longo deste curso.

Aos meus amigos, que estão sempre lá para tudo o que for preciso.

Por último, mas não menos importante: à minha família, por serem o meu pilar, que sempre me ajudou a seguir o meu caminho. Sem eles nada disto seria possível.

A todos vós o meu sincero, Obrigado.

Resumo

Este estudo incide sobre a evolução dos mecanismos de apoio à Instalação de Jovens Agricultores nos diversos quadros comunitários, sendo o quadro de análise o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), medida 1.1.3, que apoia jovens agricultores em regime de primeira instalação.

Foram questionados 5 jovens agricultores (JA) da região de Viseu Dão Lafões que submeteram os seus projetos, se instalaram e que terminaram o período de obrigatoriedade legal de manutenção da atividade, sobre os ganhos ou as perdas resultantes desta decisão. As entrevistas foram divididas em 3 partes: caracterização do promotor, informações relativas ao projeto e situação após os 5 anos.

Da análise das entrevistas conclui-se que, à data da instalação, os jovens agricultores não estavam cientes dos constrangimentos que poderiam vir a ter de enfrentar. As empresas de consultoria que elaboram os projetos não os alertam para essas dificuldades. A morosidade e a burocracia envolvida no processo são aspetos negativos recorrentemente referidos pelos entrevistados, assim como a falta de apoio técnico.

Palavras-Chaves: Política Agrícola Comum (PAC), Jovens Agricultores (JA), Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR)

Abstract

This study focuses on the evolution of the support mechanisms for the Installation of Young Farmers in the various community frameworks, with the analysis framework being the Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR), measure 1.1.3, which supports young farmers in the first installation regime that settles, for the first time, on a farm.

Five young farmers (JA) from the region of Viseu Dão Lafões, who submitted their projects, were questioned if the period of legal obligation to maintain the activity was installed and ended, on the gains or losses resulting from this decision. The interviews were divided into 3 parts: characterization of the promoter, information regarding the project and situation after 5 years.

From the analysis of the interviews, it can be concluded that, at the time of installation, young farmers are not aware of the constraints they may face and that the consultancy companies that prepare the projects do not alert them to these difficulties. The slowness and bureaucracy involved in the process are negative aspects recurrently mentioned by the interviewees, as well as the lack of technical support.

Keywords: Common Agricultural Policy (PAC), Young Farmers (JA), Rural Development Program (ProDeR)

Índice

Resumo	IV
Abstract	V
Índice	VI
Índice de figuras	VII
Índice de tabelas	VII
1. Introdução	1
1.1 Enquadramento e Objetivos	1
1.2 Génese e Evolução da Política Agrícola Comum	3
1.3 Política de Desenvolvimento Rural	4
1.4 Gerações da PAC na União Europeia	5
1.4.1 Primeira Geração	5
1.4.2 Segunda Geração	6
1.4.3 Terceira geração	6
1.5 Aplicação da medida de Jovens Agricultores em três países da União Europeia.....	9
1.6 Caracterização da Situação Agrícola em Portugal, na Região Centro e na Região de Viseu.....	11
2. Metodologia	17
3. Instalação de Jovens Agricultores: pesquisa documental	19
3.1 Plano de Desenvolvimento Rural 2007-2013	19
3.2 Ação 1.1.3- Instalação de Jovens Agricultores.....	21
3.2.1 Tipologia e Nível do Apoio.....	23
3.2.2 Concursos / candidaturas apresentadas	23
3.2.3 Processo de aprovação das candidaturas	25
3.2.4 Caracterização das candidaturas apoiadas.....	25
4. Análise das Entrevistas	29

VI

4.1	Informações relativa ao projeto de candidatura	29
4.2	Obstáculos e constrangimentos na fase de arranque do projeto	31
4.3	Situação após 5 anos do início do projeto.....	33
4.1	Discussão	37
5.	Conclusões	40
6.	Referências bibliográficas	41
7.	Anexos.....	47
7.1	Guião das entrevistas aos Jovens Agricultores	48
7.2	Transcrição das entrevistas aos Jovens Agricultores	52
7.2.1	Entrevista ao jovem agricultora 1.....	53
7.2.2	Entrevista ao jovem agricultora 2.....	57
7.2.3	Entrevista ao jovem agricultora 3.....	62
7.2.4	Entrevista ao jovem agricultora 4.....	67
7.2.5	Entrevista ao jovem agricultora 5.....	70

Índice de figuras

Figura 1-Distribuição da população Agrícola por idades	7
Figura 2-Necessidades gerais dos jovens agricultores	9
Figura 3-DRAP Centro	13
Figura 4- Caracterização dos Agricultores entrevistados.....	18
Figura 5- PA por tipologia do promotor A) e em função do género dos jovens agricultores B)	26

Índice de tabelas

Tabela 1-Características dos Jovens agricultores em Portugal, UE-15, New MS e UE-28	8
Tabela 2-Síntese dos Parâmetros de Aplicação da Medida de Apoio aos Jovens	10
Tabela 3-Superfície agrícola utilizada em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Viseu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas	14

Tabela 4- Grupos etários dos dirigentes das explorações agrícolas em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Viseu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas	15
Tabela 5- Natureza Jurídica das explorações agrícolas em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Viseu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas	15
Tabela 6-Tipo de mão de obra e regime de duração em Portugal, Zona Centro, na Sub- região de Viseu Dão Lafões	16
Tabela 7-Cronologia dos apoios aos JA, no âmbito do sucessivos QCA	19
Tabela 8-Candidaturas válidas a concurso	24
Tabela 9-Candidaturas válidas apresentadas a concurso, distribuídas pelas regiões	25
Tabela 10-Distribuição dos PA apoiados por escalão de investimento	26
Tabela 11-Principais OTE dos PA apoiados	27
Tabela 12-Área e valores de investimento	29
Tabela 13-Conhecimento do programa, ano de candidatura, tempo de espera, elaboração do projeto e forma de participação	30
Tabela 14-Forma de financiamento, obstáculos a contornar para viabilizar o projeto, necessidade de assessoria na fase de implementação e previsões do escoamento do produto.....	31
Tabela 15-Obstáculos e constrangimentos sentidos.....	32
Tabela 16- Média do número de horas diárias por JA.	33
Tabela 17- Forma de escoamento e valor de faturação foram o que propuseram no projeto.....	34
Tabela 18-Satisfação relativamente aos apoios recebidos e ideias de melhoria ...	35
Tabela 19- Respostas a questão sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se e justificações.	36
Tabela 20- No Final dos 5 anos o que aconteceu.....	36
Tabela 21-Pontos fortes e fracos da experiência.....	37

Lista de abreviaturas

A-Agricultor

CE-Comissão Europeia

CEE- Comunidade Económica Europeia

DG AGRI- Directorate-General for Agriculture and Rural Development

DOP- Denominação de Origem Protegida

DRAPC- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

EM- Estado Membro

EUA- Estados Unidos da América

EU-15 São os países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido.

Expl.- Explorações

FEADER-Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA- Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEOGA- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

GAL- Grupo de Ação local

GPP- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

GPPAA-Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

ha- hectares

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IGP-Indicação Geográfica Protegida

JA- Jovem Agricultor

km-quilómetros

LEADER- Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural

LVT-Lisboa e Vale do Tejo

MAPYA- Ministério da Agricultura e Pesca, Alimentação e Ambiente

N- Número

New MS- São os países que aderiram à UE em ou após 2004: Bulgária, República Tcheca, Chipre, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia

NUT- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCM- Organização Comum de Mercado

OMC- Organização Mundial do Comercio

PA- Pedido de Apoio

PAC- Política Agrícola Comum

PDR-Programa de Desenvolvimento Rural

PENDR- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

PNDR-Plano Nacional de Desenvolvimento Rural

ProDeR- Programa de Desenvolvimento Rural

QCA- Quadro Comunitário de Apoio

Reg.- Regulamento

RICA-Rede de Informação de Contabilidade Agrícola

RPU-Regime de Pagamento Único

SAU-Superfície Agrícola Utilizada

SANU-Superfície Agrícola Não Utilizada

UE- União Europeia

UE-28- São todos os Estados-Membros, UE-15 e novos Estados-Membros

ZPR-Zonas Predominantemente Rurais

ZPU-Zonas Predominantemente Urbanas

1. Introdução

1.1 Enquadramento e Objetivos

A entrada de Portugal na União Europeia (UE) trouxe um conjunto de transformações importantes para a agricultura portuguesa. Comparativamente a outras agriculturas europeias, Portugal deparava-se com uma situação muito rudimentar, com falta de equipamentos e inúmeras deficiências estruturais. A nível económico, a entrada na UE proporcionou, a Portugal, a possibilidade de se aproximar das restantes agriculturas europeias.

Nesse sentido, a Política Agrícola Comum (PAC) foi fundamental para que o setor agrícola nacional alcançasse a aproximação referida. A agricultura nacional teve a possibilidade de se desenvolver a partir de alguns fundos estruturais, de ajudas financeiras, do mercado único e do acesso facilitado a mais e melhores equipamentos e tecnologias. Por tudo isto, desde a entrada de Portugal na UE, é impossível não estabelecer uma ligação muito próxima entre a PAC e a agricultura portuguesa. A agricultura portuguesa ficou, desde então, fortemente condicionada e sujeita às reformas e aos ajustamentos que a PAC tem vindo a sofrer ao longo dos anos.

Na crise financeira, entre os anos 2010 e 2014, muitos jovens não tinham emprego, o que levou alguns a contornar os obstáculos implementando projetos na agricultura e floresta, pois ainda existia um grande potencial de crescimento e desenvolvimento por explorar. Muitos destes jovens recorreram a apoios ao investimento através da medida 1.1.3 Instalação de Jovens Agricultores do Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR). No entanto, a maior parte daqueles que conseguiram apoios comunitários para iniciarem a atividade depararam-se com um conjunto de dificuldades que levaram a que muitos deles desistissem, ainda na fase de projeto ou quando terminava o período de cinco anos, durante o qual se comprometeram a manter a atividade, sob pena de serem obrigados a devolver os apoios recebidos.

A compreensão dos estímulos que levaram os JA a instalarem-se, bem como as dificuldades que enfrentaram ao longo do processo, é crucial para adequar os mecanismos de apoio à realidade, garantindo uma maior sustentabilidade destes projetos e destas novas

explorações. No entanto, os relatórios dos programas de desenvolvimento rural não acompanham os projetos depois dos cinco anos legalmente exigidos para a sua manutenção e não esclarecem um conjunto de questões pertinentes que poderiam ajudar à definição de políticas agrícolas mais eficazes e eficientes, nos quadros comunitários seguintes.

Esta dissertação pretende contribuir para a redução desta lacuna, tendo como objetivos:

- 1) Analisar a evolução dos mecanismos de apoio ao investimento de JA ao longo dos diversos quadros comunitários de apoio;
- 2) Compreender as expectativas iniciais dos jovens agricultores que investiram e compará-las com a realidade da execução, funcionamento e resultados dos seus projetos (avaliação *ex-post*);
- 3) Empreender uma análise crítica do sistema de elaboração, submissão e acompanhamento de projetos de JA.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem mista, compreendendo a recolha de informação estatística, a análise documental e entrevistas a JA instalados ao abrigo do ProDeR. Para além da introdução e da conclusão, o trabalho está organizado em 4 fases. O projeto inicia-se através de uma análise documental onde são apresentadas, numa perspetiva temporal, as medidas de apoio ao investimento nas explorações agrícolas, a nível da União Europeia. Segue-se a apresentação da situação agrícola em Portugal, na região Centro e na Sub-região de Viseu Dão Lafões. Numa terceira fase, é realizada uma análise das entrevistas aplicadas a cinco jovens agricultores que submeteram o seu projeto de JA, seguindo-se a discussão dos resultados.

1.2 Génese e Evolução da Política Agrícola Comum

A data exata do nascimento da Política Agrícola Comum (PAC) pode dar azo a debates, porém, o seu fundador destaca-se por ser o Comissário Europeu para a Agricultura, Sicco Mansholt. Assim, o precursor da iniciativa anteriormente referida apresentou, em 1958, na cimeira da cidade italiana Stresa, o projeto da política agrícola comum (European Commission, 2019), com o qual nem todos concordaram; o projeto assentava em três princípios: unidade de mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira (Cunha, 2000).

Após o findar da Segunda Guerra Mundial, a ajuda Americana era imprescindível e muito bem-recebida por parte dos primeiros seis estados membros (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda). No entanto, apenas no final da década de 50 foram dados passos concretos rumo a uma PAC; o facto de ter levado algum tempo para a política agrícola ter sofrido desenvolvimento é explicado por ser “mais difícil trabalhar com a natureza do que com o carvão e o aço”, que foram os setores que estiveram na base da criação da CEE (Multimedia Centre, 2010).

Em 1957, no tratado de Roma, os objetivos da PAC foram definidos (Massot, 2019):

- Aumentar a produção agrícola através da promoção da industrialização das tecnologias agrícolas;
- Garantir um rendimento adequado para os agricultores;
- Estabilizar os mercados agrícolas;
- Assegurar a disponibilidade de produto agrícola para os consumidores a preços acessíveis.

O que não ficou esclarecido no Tratado de Roma foi a forma como se atingiriam os quatro objetivos, anteriormente referenciados. Havia discórdia na estrutura e a ideia de que seis países podiam criar um mercado comum agrícola era vista como estando fora de questão. As negociações duraram quatro anos; enquanto que, por um lado, tínhamos a França, em que a agricultura era a grande prioridade, por outro, a Alemanha, interessava-se mais pelo setor industrial (Multimedia Centre, 2010).

1.3 Política de Desenvolvimento Rural

Nas últimas décadas ocorreram diversas alterações no funcionamento da Economia que se traduziram em novas relações entre o mundo urbano e o mundo rural. O agudizar das diferenças ou divergências entre o mundo rural e o mundo urbano, levaram à ocorrência de enormes ondas de êxodo rural. Por um lado, as populações procuravam melhores condições de vida nos meios urbanos, muito vezes influenciadas pelos meios de comunicação social e, por outro, fugiam do desemprego nos meios rurais, em face da modernização da principal atividade económica existente na altura nestes meios, a agricultura, através da mecanização e da utilização de fertilizantes químicos e produtos fitofarmacêuticos (Sicsú, 2009).

A configuração da atual política de desenvolvimento rural da União Europeia (UE) - Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) - decorre de um, já longo, processo de reformas da PAC, tendo-se reforçado e consolidado na medida em que esta evoluía progressivamente para um modelo mais marcado pela lógica da competitividade e menos pela do protecionismo das suas primeiras três décadas (CAPeye, 2014).

Em 1972, surgem as primeiras diretivas sócio estruturais, no rescaldo do plano Mansholt, que resultaram do reconhecimento da evidência de que a política de preços e mercados da PAC não bastava para resolver muitos dos problemas da agricultura e do mundo rural (Chemnitz, et al., 2019). Com a delimitação das zonas desfavorecidas e de montanha, em 1975, e a correspondente atribuição de indemnizações compensatórias para os agricultores aí residentes, a componente de desenvolvimento rural da PAC passa a incorporar uma dimensão de coesão social e territorial (Cordovil, et al., 2004). Em 1977 surge a inevitável extensão dos apoios estruturais às atividades de transformação e comercialização das fileiras agroalimentares (Comissão Europeia, 2013).

A expressão “desenvolvimento rural” começa a ser utilizada de forma mais sistemática (em substituição da política sócio estrutural) a partir de meados dos anos noventa, sendo consagrada definitivamente aquando dos debates e aprovação da reforma da PAC da Agenda 2000 em abril de 1999 (CAPeye, 2014). Surgiu, então, associada ao conceito de segundo pilar da PAC para designar todo o conjunto de medidas da PAC que não eram da estrita esfera das componentes de preços, mercados e ajudas diretas ao rendimento. A grande vantagem deste desenvolvimento da PAC foi ter integrado, de

forma sistematizada, num único regulamento, uma lista de mais de duas dezenas de medidas anteriormente dispersas por diferentes contextos legislativos (Quercus, 2013).

Atualmente, a política de desenvolvimento rural integra e financia um vasto leque de medidas e ações relacionadas com a modernização das estruturas de produção, a comercialização e transformação dos produtos agrícolas e florestais, o apoio à instalação e investimentos dos jovens agricultores, as medidas agroambientais, a promoção na qualidade e da segurança alimentar, a adaptação às alterações climáticas e outros (Squeff, 2017).

As reformas da PAC de 2003, 2008 e 2013 vieram consolidar o desenvolvimento rural como uma componente incontornável da PAC, que se reflete no facto de absorver mais de um quarto do orçamento total da PAC para o período de 2014 a 2020 (Cunha, 2013).

1.4 Gerações da PAC na União Europeia

Desde a criação da PAC, é necessário entender as perspetivas e objetivos das três gerações de agricultores que, entretanto, se dedicaram ao cultivo da terra e à criação de gado. Para além de alimentar um continente que constitui o objetivo primordial da criação da PAC, os agricultores passam agora a atuar em nome de todos, na preservação do meio rural e dos nossos recursos naturais, desempenhando ainda um papel central na revitalização das zonas rurais e da economia rural (Bailey, et al., 2016).

1.4.1 Primeira Geração

Quando a PAC se iniciou, muitos pequenos produtores da geração do pós-guerra ainda ordenhavam manualmente as suas vacas e limpavam os terrenos com foices. Para estes, tal como para a sociedade em geral, as memórias da escassez e das filas de abastecimento alimentar continuavam ainda bem vivas. Os subsídios da PAC ajudaram-nos a adquirir equipamentos, a renovar infraestruturas agrícolas e a obter melhores sementes e fertilizantes. Com receitas superiores, estariam em condições de contrair

empréstimos bancários para desenvolver os seus negócios. A produção alimentar aumentou, mas mantinham-se as dificuldades da vida rural. Os agricultores foram envelhecendo e os filhos não pareciam dispostos a seguir o mesmo ramo (Comissão Europeia, 2014; Comissão Europeia, 2012).

1.4.2 Segunda Geração

Na segunda geração de agricultores a vida foi diferente, mas não foi mais fácil. Os que decidiram dar seguimento aos negócios da família depararam-se com uma nova realidade: os agricultores estavam a produzir em excesso, dando origem a excedentes. De forma a equilibrar a oferta e a procura, foi lançado um processo de reforma. Na década de 1990, a qualidade dos alimentos, a segurança dos alimentos e o bem-estar animal eram pontos prioritários na ordem do dia. Foi nesta época que os agricultores começaram a ter maior consciência de outro tipo de responsabilidades, como a proteção do ambiente e a gestão prudente e sustentável dos recursos naturais (Comissão Europeia, 2014).

1.4.3 Terceira geração

A atual geração de agricultores concilia os papéis de agricultor, protetor da paisagem natural e empreendedor. As reformas tornaram os agricultores mais orientados para o mercado. Enquanto alguns deles processam géneros alimentares nas explorações agrícolas e comercializam a nível local, estimulando a economia rural, outros apoiam as suas comunidades através do turismo rural, da criação de novas empresas e de atividades culturais, contribuindo, desta forma, para garantir o futuro das próximas gerações de agricultores (Comissão Europeia, 2014).

Em 2013, apenas 6% das explorações eram dirigidas por agricultores com menos de 35 anos, enquanto 31% eram geridas por pessoas com mais de 65 anos (Figura 1). Incentivar os jovens agricultores e assegurar a continuidade entre as gerações representa um verdadeiro desafio para o desenvolvimento rural da UE (Comissão Europeia, 2016).

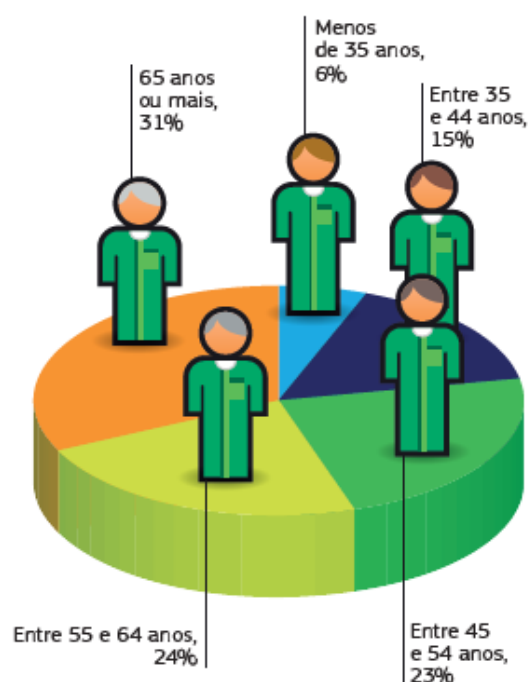


Figura 1-Distribuição da população Agrícola por idades

Fonte:Eurostat, 2013

Na figura 1 observa-se que 55% da população agrícola tem mais de 55 anos e em breve passarão à fase da reforma; a UE reconhece que a estrutura etária dos agricultores se tornou uma questão preocupante. Para que as zonas rurais europeias possam enfrentar com êxito os muitos desafios com que se deparam, é imperativo tomar medidas que ajudem os jovens agricultores a iniciar a sua atividade (Comissão Europeia, 2016).

Entre 2014 e 2020, a UE disponibilizou aos agricultores quase 4 milhões de vagas em cursos de formação profissional e 1,4 milhões de sessões de aconselhamento, com especial incidência no desempenho económico e ambiental das explorações agrícolas. Cerca de 335 000 agricultores puderam receber apoio ao investimento para reestruturar e modernizar as suas explorações e 175 000 jovens agricultores receberam apoio para projetar e colocar em prática as suas explorações. Embora as subvenções e os empréstimos desempenhem um papel importante, há outras formas de ajudar os agricultores, nomeadamente sistemas de garantias financeiras e seguros (União Europeia, 2015).

A Comissão Europeia, através da *Directorate-General for Agriculture and Rural Development (DG AGRI)* patrocinou um projeto piloto, com os objetivos de identificar as necessidades dos JA, obter uma visão geral dos esquemas de intercâmbio existentes e

desenvolver um guia para estabelecer ou melhorar esses esquemas de intercâmbio, tendo sido efetuados questionários a jovens agricultores

Na Tabela 1 demonstram-se as características dos jovens agricultores que participaram no estudo em Portugal e na UE-15 (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido), na New MS (

países que aderiram à UE em ou após 2004: Bulgária, República Tcheca, Chipre,

	Portugal	N	UE-15	N	New MS	N	UE-28	N
Idade Média(desvio padrão)	34.1 (3.5)	73	29.4 (6.0)	1241	29.4 (6.0)	840	29.4 (6.0)	2081
% de jovens agricultores com nível superior (Licenciatura, mestrado, doutoramento)	71.2	73	44.8	1332	42.5	873	43.9	2205
Área agrícola própria utilizada (ha) (desvio padrão)	126.1 (376.1)	73	77.7 (309.3)	1138	51.9 (165.5)	778	67.2 (260.9)	1916
Área agrícola arrendada utilizada (ha) (desvio padrão)	50.6 (131.7)	73	56.7 (156.2)	1097	49.5 (157.5)	761	53.7 (156.7)	1858
% área não desfavorecida	34.2	73	47.4	1332	50.2	873	48.5	2205
% área desfavorecida	63.0	73	43.3	1332	42.4	873	43.0	2205
% de jovens agricultores com explorações biológicas	30.1	73	15.2	1331	11.8	873	13.8	2204

Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia) e na UE-28.

Tabela 1-Características dos Jovens agricultores em Portugal, UE-15, New MS e UE-28

	Portugal	N	UE-15	N	New MS	N	UE-28	N
Idade Média(desvio padrão)	34.1 (3.5)	73	29.4 (6.0)	1241	29.4 (6.0)	840	29.4 (6.0)	2081
% de jovens agricultores com nível superior (Licenciatura, mestrado, doutoramento)	71.2	73	44.8	1332	42.5	873	43.9	2205
Área agrícola própria utilizada (ha) (desvio padrão)	126.1 (376.1)	73	77.7 (309.3)	1138	51.9 (165.5)	778	67.2 (260.9)	1916
Área agrícola arrendada utilizada (ha)	50.6 (131.7)	73	56.7 (156.2)	1097	49.5 (157.5)	761	53.7 (156.7)	1858

(desvio padrão)								
% área não desfavorecida	34.2	73	47.4	1332	50.2	873	48.5	2205
% área desfavorecida	63.0	73	43.3	1332	42.4	873	43.0	2205
% de jovens agricultores com explorações biológicas	30.1	73	15.2	1331	11.8	873	13.8	2204

As necessidades gerais dos jovens agricultores entrevistados em Portugal são equiparadas às necessidades gerais de seus pares em outros países da UE (Figura 2). As suas principais preocupações são: fraca disponibilidade de trabalhadores sazonais e de mão de obra qualificada, dificuldade no acesso a seguros, inadequação da legislação sobre heranças e outras questões legais e pouco acesso a formação sobre crédito. A disponibilidade de subsídios e a intromissão dos pais ou de outras pessoas parece ser menos importante do que nos restantes países da Europa (European Commission, 2015)

Fonte: <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/external-studies/2015/>

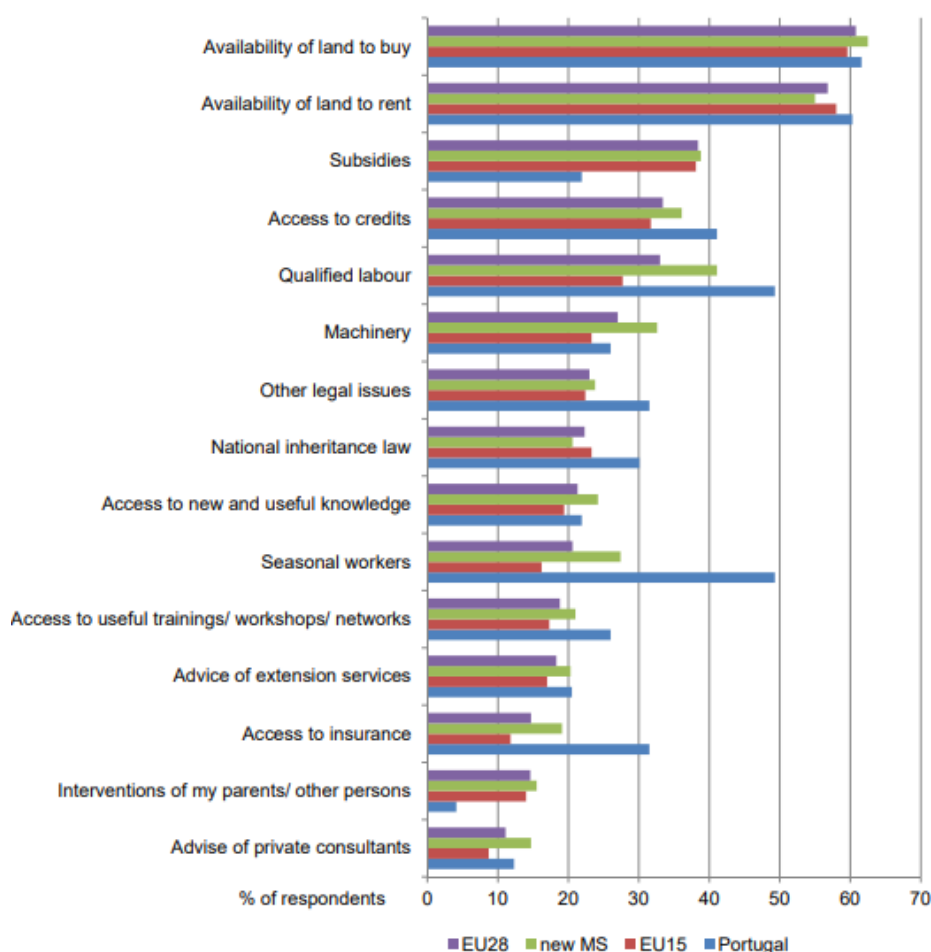


Figura 2-Necessidades gerais dos jovens agricultores

Fonte:<https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/external-studies/2015/>

1.5 Aplicação da medida de Jovens Agricultores em três países da União Europeia

A política de incentivo à instalação de jovens na agricultura começou por ser concretizada em França, no início da década de setenta, com o objetivo de modernizar as explorações agrícolas francesas. Posteriormente, a UE adotou medidas idênticas de apoio aos JA, as quais vieram a ser formalizadas em 1985, através de um regulamento aplicado horizontalmente a todos os estados membros (Alberto, 2004). A partir de 1992, cada Estado-Membro passou a ter liberdade para adotar medidas de apoio específicas e diferenciadas, consignadas nos respetivos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), definidos para períodos de sete anos (AJAP, 2007).

Os Estados-Membros passaram a poder implementar medidas complementares de apoio aos JA no que respeita à instalação, ao investimento, à formação profissional e a outros níveis. A própria aplicação da medida pode apresentar algumas variações de acordo com a política definida pelo Estado-Membro. Na Tabela 2 iremos analisar a implementação da medida de apoio à instalação de JA em França, Espanha e Portugal.

Tabela 2-Síntese dos Parâmetros de Aplicação da Medida de Apoio aos Jovens

Parâmetro	França	Espanha	Portugal
Idade	18-40 anos (35 até 2001)	18-40 anos	18-40 anos
Formação profissional	<i>Baccalauréat</i> profissional	200 h de formação mínima	150 h de formação mínima
Estágio	6 meses numa exploração + 40 horas em gabinete	Não	Não
Apoio na elaboração do projeto pelos serviços oficiais	Sim	Sim	Não
Ajudas instalação	Sim	Sim	Sim
Pagamento da ajuda	70% na instalação e 30% no final do 2ºano, após verificação da condição de rentabilidade	100% na instalação	100% na instalação
Subsídio ao investimento	Não	Não	Sim
Acesso ao crédito	Muito facilitado pois no estágio 40h o projeto já é discutido com a banca	Facilitado devido à existência de um convénio MAPYA/banca	A discutir caso a caso
Acompanhamento	Muito Forte	Forte	Médio
Permanência na atividade	10 anos (pretende-se reduzir)	5 anos	5 anos
Relação instalação/cessação	Forte	Quase inexistente	Quase inexistente

Fonte: Alberto, 2004

Em Portugal, o número de horas de formação é mais baixo do que nos restantes países, sendo que em França este corresponde à obtenção de um grau académico (bacharelato). Para além disso, é obrigatória a realização de um estágio; esta é uma via para a integração do jovem no mundo agrícola nas suas vertentes económica, social e ambiental.

No caso do apoio fornecido pelos serviços centrais na elaboração do projeto, bem como, no acompanhamento após a instalação, Portugal é o único país que não dispõe deste serviço, embora seja o único que ajuda no investimento à instalação dos JA. No financiamento por parte da Banca, em Portugal, os valores são discutidos entre o proponente e a entidade bancária, caso a caso, enquanto os restantes países apresentam parcerias que facilitam a implantação do projeto.

Ao contrário do que se esperava, a relação entre a instalação e o encerramento da atividade é forte na França. Esta situação pode ser explicada devido a estes JA terem a obrigatoriedade de estar na atividade durante 10 anos ao contrário dos restantes países que são 5 anos.

1.6 Caracterização da Situação Agrícola em Portugal, na Região Centro e na Região de Viseu

Até 1986, Portugal apresentava uma economia fechada em que a agricultura evoluía, unicamente, por via de políticas nacionais. Após a adesão à CEE, em 1986, as medidas que lhe estão associadas foram gradualmente aplicadas, tendo como consequência uma melhoria das condições de produção agrícola, como investimentos que favoreceram a introdução de novas técnicas de produção e o aumento da mecanização da agricultura, provocando, igualmente, alterações estruturais nas explorações agrícolas e na evolução das culturas praticadas no país (Rolo, et al., 2014) Os agricultores passaram a optar por sistemas extensivos, menos exigentes em trabalho e outros fatores de produção (Avilellez, 2015).

No Inquérito à Estrutura das Explorações 2016, contabilizam-se 258 983 explorações em Portugal com uma Superfície Agrícola Útil (SAU) de 3 641 691 ha, dando uma média de 14,1 ha por exploração, o que representa um pouco menos de 3% da SAU média da UE, 30% da qual ocupada por culturas temporárias, 20% por culturas permanentes e 50% por prados e pastagens permanentes (GPP, 2016).

A zona Centro abrange uma área de 23.273 km² (26,12% do território nacional) e integra 77 concelhos, distribuídos por 6 NUTS III: Região de Aveiro, Região de Coimbra,

Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa (Figura 3) (DRAPC, 2018).

A área média por exploração é inferior à média continental, ressaltando, também, neste indicador, diferenças significativas entre, por exemplo, os 24,4 ha registados na Beira Baixa e os 4,1 ha na Região de Leiria. Na região Viseu Dão Lafões a área média das explorações é 4,4 ha. Quanto à média da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), o destaque vai para a Beira Baixa com 15,3 ha e para as Beiras e Serra da Estrela com 8,7 ha por exploração, registando-se um relativo equilíbrio na proporção da SAU nas explorações das restantes regiões, mais florestadas (DRAPC, 2018).

Neste território residem cerca de 1 657 000 pessoas, o que corresponde a, aproximadamente, 17% da população no continente. A densidade populacional é pouco mais de 71 habitantes por quilómetro quadrado, abaixo da média continental (109,9), sendo de salientar a significativa discrepância entre os 17,7 hab/km² na Beira Baixa e 214,5 hab/ km² na Região de Aveiro, sendo que a sub-região de Viseu Dão Lafões tem cerca de 80 hab/ km², um pouco acima da média da região (DRAPC, 2018).

Este trabalho foi desenvolvido na sub-região de Viseu Dão Lafões por esta apresentar valores acima da média do número de instalações de jovens agricultores por concelho na Região Centro. Outro motivo para a escolha foi esta ser a minha zona de origem, o que me levou a questionar-me sobre o futuro do seu espaço rural, sobre o papel que os jovens agricultores que, tal como eu, se instalaram na atividade agrícola, podem desempenhar no seu desenvolvimento e, ainda, sobre a eficácia dos apoios concedidos no sucesso tanto dos promotores como da região. Nesta sub-região encontram-se os concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela (Figura 3) (Almeida, 2015).

Esta sub-região faz uma ponte entre as sub-regiões mais desenvolvidas do litoral e as menos desenvolvidas do interior, apresentando simultaneamente aspetos muito diferentes, característicos de cada um destes dois extremos. As condições edafoclimáticas permitem uma variedade de produtos com potencial de criação de valor, sendo uma região onde se produzem diversos produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) como o queijo Serra da Estrela, o Queijo Serra da Estrela Velho, o Requeijão Serra da Estrela, a Maçã Bravo de Esmolfe, a Castanha Souto da Lapa, a Carne Arouquesa e o

Borrego Serra da Estrela. Com Indicação Geográfica Protegida (IGP) ostenta os seguintes produtos: Maçã da Beira Alta, Vitela de Lafões e Cabrito da Gralheira (Soares, 2013). A sub-região de Viseu Dão Lafões tem um enorme potencial ao nível de capital humano e iniciativa empresarial devido à proximidade da Escolas Superiores Agrárias de Viseu, Coimbra e Castelo Branco e das Universidades de Coimbra e Trás-os-Montes e Alto Douro (Delegação de Viseu, 2015).



Figura 3-DRAP Centro

Fonte: http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/regiao_centro.htm

Para compreender a dinâmica agrícola e o papel dos jovens agricultores na região de estudo, comparando-a com a Região Centro, onde está inserida, e com Portugal Continental, procedeu-se à recolha de alguns dados estatísticos relevantes para esse estudo. Observando a evolução da superfície agrícola nos diferentes anos de recenseamento agrícola (1989, 1999, 2009) (Tabela 3) verifica-se uma diminuição tanto a nível nacional, como na região centro e na sub-região de Viseu Dão Lafões, sendo de

referir que a área de pastagens permanentes aumentou ao longos dos anos, tanto a nível nacional como local, só que não permitiu inverter a situação da diminuição da área utilizada.

Tabela 3-Superfície agrícola utilizada em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Visu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Superfície agrícola utilizada (ha)
2009	Portugal	3668145
	Centro	570003
	Visu Dão Lafões	39503
1999	Portugal	3863094
	Centro	724551
	Visu Dão Lafões	50651
1989	Portugal	4005573
	Centro	827240
	Visu Dão Lafões	76882

Fonte: INE,2018

Quanto à idade dos dirigentes da exploração agrícola, em Portugal, observa-se que, enquanto em 1989, 25% dos dirigentes tinham entre 55 a 64 anos, em 1999 e 2009 dominava a classe etária de mais de 65 anos, com uma percentagem de 37% e 46 %, respetivamente (Tabela 4). Observa-se, um envelhecimento da população agrícola bem como a entrada de poucas pessoas jovens na atividade. Na região de Visu Dão Lafões observamos a mesma realidade que a nível nacional.

Em relação à natureza jurídica das empresas agrícolas, observou-se uma diminuição de empresas em nome individual, sendo que a nível de sociedades se observa um aumento do número de empresas, tanto a nível da região de Visu e Dão Lafões como a nível nacional (tabela 5).

Tabela 4- Grupos etários dos dirigentes das explorações agrícolas em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Visu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Dirigentes da exploração agrícola (N.º)					
		Grupo etário					
		15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 - 54 anos	55 - 64 anos	65 e mais
2009	Portugal	576	7277	25077	54437	75955	141944
	Centro	125	1524	6492	16903	27329	52719
	Viseu Dão Lafões	14	222	1033	2819	4738	7506
1999	Portugal	1622	16568	48850	82021	112580	154328
	Centro	402	4878	17089	32494	45805	61705
	Viseu Dão Lafões	41	721	2776	5507	6939	7661
1989	Portugal	5082	36939	81282	134867	171798	168774
	Centro	1651	13185	32980	55299	69969	68814
	Viseu Dão Lafões	229	2023	5258	8199	9552	8678

Fonte: INE,2018

Tabela 5- Natureza Jurídica das explorações agrícolas em Portugal, na zona centro, e na Sub-região Viseu Dão Lafões nos recenseamentos agrícolas

Período de referência dos dados	Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)	Explorações agrícolas (N.º) Natureza jurídica e Classes de superfície agrícola utilizada	
		Natureza jurídica	
		Produtor singular	Sociedades
		N.º	N.º
2009	Portugal	297381	6776
	Centro	103303	1590
	Viseu Dão Lafões	16144	175
1999	Portugal	409308	5503
	Centro	160823	1327
	Viseu Dão Lafões	23497	114
1989	Portugal	593590	3964
	Centro	240876	828
	Viseu Dão Lafões	33876	43

No tipo de mão-de-obra (familiar ou não familiar) o trabalho realizado em modo familiar é o que é desempenhado pelo agregado familiar, podendo ainda ser dividido em tempo completo e tempo parcial (o número de horas realizadas não pode ser superior a 75% das horas do horário completo). Ao longo dos vários recenseamentos está refletido o abandono da agricultura portuguesa. A maior parte dos agricultores dedica-se à agricultura a tempo parcial, pois esta é vista como uma segunda fonte de rendimento. Na mão de obra agrícola não familiar vemos uma diminuição do número de pessoas a tempo completo, mas comparativamente ao tempo completo da mão de obra familiar vê-se uma diminuição menos brusca, indicando que as empresas se têm vindo a especializar mais, diminuindo o peso da agricultura de subsistência.

Tabela 6-Tipo de mão de obra e regime de duração em Portugal, Zona Centro, na Sub-região de Viseu Dão Lafões

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Tipo de mão-de-obra			
		Mão-de-obra agrícola familiar		Mão-de-obra agrícola não familiar	
		Regime de duração de trabalho			
		Tempo completo	Tempo parcial	Tempo completo	Tempo parcial
		N.º	N.º	N.º	N.º
2009	Portugal	101525	556306	33672	16573
	Centro	34052	198805	8382	3359
	Viseu Dão Lafões	7639	30792	777	481
1999	Portugal	106865	915810	34654	26509
	Centro	35457	358921	7707	7350
	Viseu Dão Lafões	4902	59737	846	1312
1989	Portugal	229558	1244999	42823	43610
	Centro	98472	490169	7972	11037
	Viseu Dão Lafões	19413	73417	1033	2373

Fonte: INE,2018

2. Metodologia

Para além de uma análise estatística relativa à execução dos projetos de Jovem Agricultor, pretendia-se também, com este trabalho, conhecer a forma como os beneficiários dos apoios percecionam todo o processo, desde a decisão de investir até à execução dos investimentos e à implementação do projeto. Para isso foram selecionadas duas metodologias que se complementam, nomeadamente:

- 1) Pesquisa documental relativa aos apoios ao investimento de jovens agricultores no âmbito do ProDeR;
- 2) Estudos de caso, através da realização de entrevistas semiestruturadas a jovens agricultores que submeteram os seus projetos na medida 1.1.3 no programa ProDeR e que cumpriram já o período de 5 anos obrigatório de manutenção da exploração.

Os estudos de caso constituem uma metodologia consolidada na investigação na área das Ciências Sociais, permitindo uma análise holística e detalhada de um dado território, grupo ou processo (Hardwick, 2009). O valor desta abordagem é reconhecido em diversos campos do saber, tais como a medicina, a política, a gestão e o marketing e o desenvolvimento rural (ex. Bond *et al*, 2001; Agyepong, 2008, Forsman, 2008 Stauffacher *et al.*, 2008; Crowe *et al*, 2011, Brindley and Oxborrow, 2014).

Através das entrevistas, procurou-se identificar os constrangimentos que os Jovens Agricultores encontraram, bem como as suas sugestões de melhoria, ao longo do processo de candidatura, execução e funcionamento dos projetos. Foram realizadas 5 entrevistas, todas elas a promotores residentes na região NUT III Viseu e Dão-Lafões. Na seleção dos casos procurou-se que os JA a entrevistar permitissem obter opiniões de promotores de projetos nas principais fileiras que foram apostas nesta medida, na região de estudo. Assim, os projetos dos agricultores entrevistados foram: 2 em produção de cogumelos *Shiitake*, sendo que um deles se dedicava também à produção de mirtilos; 2 especializados na produção de mirtilos; 1 especializado na produção de frango em modo de produção intensiva.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um guião elaborado previamente (Anexo 1), tendo sido divididas em três partes principais: caracterização do promotor, informações relativas ao projeto e situação após os 5 anos. Este guião tem 31 perguntas.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, codificadas de A1 a A5 (Anexo2) e tratadas. A caracterização dos promotores pode ser observada na Figura 4.

				
A1 •33 anos • Feminino • União de Facto •Licenciatura •Mangualde •Pessoa Singular •Produção de cogumelos e mirtilos	A2 •39 anos •Masculino •Casado •Licenciatura •Viseu •Pessoa Colectiva •Produção de cogumelos	A3 •30 anos •Masculino •Solteiro •12º ano •Aguiar da Beira •Pessoa Singular •Produção de frangos em modo intensivo	A4 •32 anos •Masculino •Divorciado •12º ano •Mangualde •Pessoa Singular •Produção de Mirtilo	A5 •33 anos •Masculino •Divorciado •Mestrado •Mangualde •Pessoa Singular •Produção de Mirtilo

Figura 4- Caracterização dos Agricultores entrevistados

3. Instalação de Jovens Agricultores: pesquisa documental

Na Tabela 7 analisa-se a evolução dos períodos de referência e a legislação de apoio aplicável aos jovens agricultores em Portugal em cada quadro comunitário, desde a entrada na CEE até à atualidade sendo que o programa PDR 2020 é o se encontra, atualmente, em execução (Moreira, 2012).

Tabela 7-Cronologia dos apoios aos JA, no âmbito do sucessivos QCA

QCA	Designação Corrente	Período de Referência	Legislação da
1	797	1989-1993	Reg. (CE) n.º 797/85 Reg. (CE) n.º 3808/89 Reg.(CE)n.º 2328/914 Reg. (CE) n.º 3669/93
2	PAMAF	1994-1999	Reg. (CE) n.º 950/97 Reg. (CE) n.º 1257/99
3	AGRO	2000-2006	Reg.(CE)n.º 1782/2003 Reg.(CE)n.º 1783/2003
4	ProDeR	2007-2013	Reg.(CE) .º 1698/2005 Reg.(CE) .º 1974/2006 Reg.(CE) .º 1974/2006 Reg.(CE) .º 1974/2006
5	PDR 2020	2014-2020	Reg.(CE) .º 1305/2013 Reg. (CE) n.º 834/2014 Reg. (CE) n.º 480/2014 Reg. CE) n.º 1077/2018

Fontes: Moreira, 2012; PDR,2020

Este trabalho incidiu sobre o ProDeR, pelo que a aplicação deste programa será analisada em maior detalhe.

3.1 Plano de Desenvolvimento Rural 2007-2013

A partir de 2005, iniciou-se um novo processo de reforma da PAC que prepararia a Política de Desenvolvimento Rural entre 2007 e 2013. As propostas e as medidas tomadas para esta nova política de desenvolvimento assentaram nos seguintes objetivos principais (Regulamento da (UE) N. o 1305/2013, 2013) (Reis, 2006):

- Aumento da competitividade do setor agrícola, apoiando a sua reestruturação, desenvolvimento e inovação;
- Melhoria do ambiente e do espaço natural através do apoio ao ordenamento do território;
- Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação das atividades económicas.

Em junho de 2005, o Regulamento (CE) nº 1290/2005 (Conselho da União Europeia 2005a), dividiu o FEOGA em dois fundos distintos, alterando e simplificando a forma de financiamento da PAC. Assim sendo, foi criado o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). O FEAGA ficou responsável pelo financiamento das medidas associadas ao 1º Pilar da PAC, nomeadamente, as políticas de mercados no âmbito das Organizações Comuns de Mercado (OCMs), com apoios diretos às explorações, incluindo o pagamento único (RPU), e algumas medidas de informação e promoção dos produtos agrícolas no mercado interno e em países terceiros (Instituto Superior Técnico, 2009). Este regulamento foi acompanhado pelo Regulamento (CE) Nº 1698/2005 (Conselho da União Europeia 2005b) que definiu as linhas de orientação relativas ao desenvolvimento rural apoiado pelo FEADER (Conselho Europeu 2017). Foram assim definidos quatro eixos prioritários para o desenvolvimento rural, direcionados para os seguintes objetivos (ProDeR, 2012):

Eixo 1 – Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal: são definidas medidas destinadas a aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano; reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação; melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas;

Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural: são definidas medidas destinadas a proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras; proteger os recursos hídricos e o solo; contribuir para a atenuação das alterações climáticas; contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas e florestais em zonas desfavorecidas;

Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural: são definidas medidas destinadas a diversificar a economia rural; melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais; promover a formação e informação de agentes económicos ativos;

promover a aquisição de competências e a animação, com vista à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento;

Eixo 4 – Abordagem Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural (LEADER): visa a sustentação de projetos elaborados a nível local e que sejam inovadores e fomentadores do desenvolvimento e da economia local (Santos, 2010)

Para a execução destas medidas, cofinanciadas entre o FEADER e cada estado-membro, foram fixadas taxas máximas de financiamento por parte do FEADER, que dependiam do eixo a que se referiam (Conselho da União Europeia 2005b):

Nos eixos 1 e 3, a taxa era de 50% das despesas públicas elegíveis (e 75% nas zonas de convergência);

As medidas dos eixos 2 e 4 eram financiadas a uma taxa máxima de 55% (80% nas zonas de convergência);

Foi, ainda, fixada uma taxa mínima de contribuição do FEADER (20%), e introduzida a obrigatoriedade de haver um equilíbrio no programa. Para tal, foram fixadas percentagens mínimas de financiamento que deveriam ser consagradas a cada eixo. 10% das verbas disponíveis teriam de afetar o Eixo 1; 25%, o Eixo 2; 10%, o Eixo 3 e 5%, o Eixo LEADER. Assim, cada EM dispôs de uma margem de manobra nacional de 50% das verbas no contexto do FEADER que pôde afetar a cada um dos 4 eixos, em função das prioridades definidas a nível nacional (Avillez, 2014)

3.2 Ação 1.1.3- Instalação de Jovens Agricultores

Esta medida surgiu como promotora da renovação do tecido empresarial dos territórios rurais em Portugal e da desaceleração do processo de envelhecimento da população, visando manter e atrair recursos humanos para a atividade agrícola, através de um regime de incentivos à instalação de JA.

Desta forma, a medida salientada assenta no pressuposto de que uma instalação bem-sucedida de JA contribuirá para a melhoria geral da atividade, incentivará o empreendedorismo e aliar-se-á ao surgimento de novas competências, como uma maior

adaptabilidade, conhecimento na forma de gerir, aumento dos níveis de produtividade e, consequentemente, aumento da capacidade competitiva da agricultura e das zonas rurais (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2011).

A atuação no âmbito desta ação tem como objetivos (GPPAA, 2005):

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

Esta ação apoiou a instalação inicial dos JA no quadro de um plano empresarial de desenvolvimento da sua empresa, entendendo-se por “instalação” a situação perante a qual o JA assume, pela primeira vez, a titularidade e gestão de uma exploração agrícola, podendo beneficiar do prémio à primeira instalação. Para isso precisa de respeitar as seguintes condições (GPPAA, 2005):

- a) Instalação, pela primeira vez, numa exploração agrícola nos seis meses anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- b) Ter mais de 18 e menos de 40 anos;
- c) Possuir o 9.º ano de escolaridade;
- d) Deter a titularidade da exploração agrícola, objeto da primeira instalação;
- e) Apresentar um plano empresarial para o desenvolvimento da sua atividade;
- f) Assumir o compromisso de exercício da atividade durante 5 anos e cumprir as normas comunitárias ou assegurar a adaptação às mesmas num prazo de 36 meses, a contar da data de instalação, quando houver necessidade de realizar investimentos para o seu cumprimento;
- g) Submeter-se a um processo de acompanhamento e avaliação.
- h) Deter um sistema de contabilidade organizada, ou um sistema de contabilidade simplificada, aplicado nos termos das normas RICA ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito;
- i) As pessoas coletivas que revistam a forma de sociedade por quotas com a atividade agrícola como objetos sociais, desde que os sócios gerentes que sejam detentores

da maioria do capital social tenham mais de 18 e menos de 40 anos à data de apresentação do pedido, e se instalem pela primeira vez como tal;

- j) Possuir as competências profissionais adequadas, designadamente o aproveitamento na formação e estágio de iniciação, quando aplicável, ou habilitações equivalentes devidamente reconhecidas.

3.2.1 Tipologia e Nível do Apoio

Os apoios à instalação assumem a seguinte forma:

- a) Prémio à instalação, sob a forma de subsídio não reembolsável, com o valor de 40% do montante do investimento constante do plano empresarial, até ao valor máximo de 30 000€, valor que poderá atingir 40 000€ quando ocorra a instalação de mais do que um Jovem Agricultor;
- b) Incentivo financeiro não reembolsável, até ao valor máximo de 60% ou 50% do investimento elegível apurado no plano empresarial, nas zonas desfavorecidas e nas restantes zonas, respetivamente.

No caso de o Jovem agricultor não respeitar o conjunto dos compromissos estabelecidos, nomeadamente os constantes do plano de instalação, era aplicada pela Autoridade de Gestão uma sanção proporcional à gravidade da desconformidade, que poderia implicar a devolução total das ajudas (GPPAA, 2005).

3.2.2 Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação teve, desde o início da aplicação do ProDeR, períodos variáveis de candidaturas. Seguidamente, na Tabela 8, apresenta-se a cronologia dos concursos implementados a distribuição dos 11 649 projetos submetidos.

Tabela 8-Candidaturas válidas a concurso

Concurso	Data de Abertura	Data de termino	Número de Pedidos
1	12 de maio de 2008	25 de julho de 2008	375
2	1 de setembro de 2008	31 de outubro de 2008	437
3	1 de novembro de 2008	31 de dezembro de 2008	336
4	1 de janeiro de 2009	31 de janeiro de 2009	450
5	1 de abril de 2009	30 de abril de 2009	513
6	1 de julho de 2009	31 de julho de 2009	586
7	1 de outubro de 2009	31 de dezembro 2009	276
8	2 de janeiro de 2010	31 de dezembro 2010	1 742
9	2 de janeiro de 2011	10 de fevereiro 2011	239
10	1 de junho 2010	31 de dezembro 2010	1 157
11	2012 manteve-se aberto	-----	2 891
12	2013 manteve- se aberto	-----	917
13	2014 manteve-se aberto	-----	1793
Total			11 712

Fonte: ProDeR-Relatório de Execução,2014

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR (ProDeR, 2014).

Em 2014, foram, assim, analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) nº 1310/2013, candidaturas submetidas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de “PA sem dotação” pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking* (ProDeR, 2014).

3.2.3 Processo de aprovação das candidaturas

O total de candidaturas válidas, ascende a 11 659 e representa 1 438 482 mil euros de investimento proposto (Tabela 9). Estas candidaturas foram analisadas e decididas pelas regras do ProDeR e cerca de 73% tiveram parecer favorável e foram aprovadas. A distribuição regional dos Pedido de Apoio (PA) validados manteve-se idêntica ao longo do Programa, sendo a região Norte a concentrar o maior número de PA e de investimento, com 47% do total aprovado. (Domingos, Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013)

Em termos globais, foram apoiados 8 557 PA que corresponderam a um total de 655 770 mil euros de despesa pública, com 547 624 mil euros de comparticipação FEADER.

Tabela 9-Candidaturas válidas apresentadas a concurso, distribuídas pelas regiões

Região	Candidaturas entregues		Candidaturas decididas			
			Não aprovadas		Aprovadas	
	Nº PA	Invest. Total (1000 €)	Nº PA	Invest. Total (1000 €)	Nº PA	Invest. Total (1000 €)
Norte	6 025	615 349	2012	203 853	4011	413134
Centro	2 404	353 001	492	72 161	1910	281168
LVT	1 415	216 796	290	36 707	1124	180380
Alentejo	1 212	168 789	180	25 389	1030	143412
Algarve	603	84 547	121	17 198	482	68245
Total	11659	1438482	3095	355308	8557	1086339

Fonte: ProDeR,2014

3.2.4 Caracterização das candidaturas apoiadas

Analisando os PA apoiados, por escalão de investimento (

Tabela 10), verifica-se que a maioria, cerca de 55% do total dos JA , investe, sobretudo, no escalão inferior a 100 mil euros. Em termos da repartição do investimento pelos diferentes escalões, verifica-se que este se concentra, sobretudo, entre os 100 e os 500 mil euros, com 65% do total.

Tabela 10-Distribuição dos PA apoiados por escalão de investimento

Tipologia	PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%
< 100 mil euros	4 580	55	231 123	22
≥100 mil e < 200 mil euros	2 426	29	327 227	31
≥200 mil e < 500 mil euros	1 118	13	352 675	34
≥500 mil euros	190	2	136 967	13
Total	8 314	100	1 047 992	100

Fonte: ProDeR,2014

Em termos de tipologia de promotores verifica-se que a tipologia “Pessoa singular” foi a predominante, com 81% do total dos promotores apoiados; na distribuição por género, o género masculino é o mais representativo (Figura 5). Para a contabilização do género consideram-se tanto os promotores individuais como as sociedades, sendo que no caso das sociedades é contabilizado o que tem mais de 50% de capital.

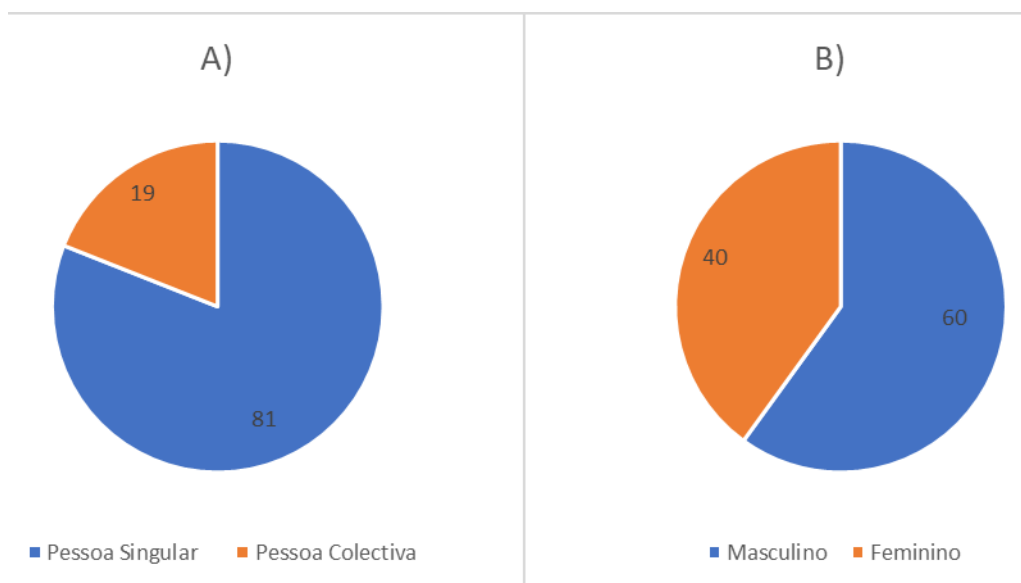


Figura 5- PA por tipologia do promotor A) e em função do género dos jovens agricultores B)

Fonte: ProDeR,2014

A atividade agrícola dominante, quer em termos de número de PA, quer em investimento, foram as “explorações especializadas em frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)”, seguidas das atividades “Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade” e “Explorações bovinas especializadas -

orientação criação e carne”; estas foram a segunda e terceiras mais representativas, em termos de número de PA apoiados, com 8% do total. Por outro lado, em termos de investimento, a atividade agrícola que aparece em segundo lugar é a das “Explorações especializadas em hortícolas de coberto”, com 9% do total de investimento, tal como se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida (Tabela 11).

Tabela 11-Principais OTE dos PA apoiados

Tipo de atividade do ramo agrícola	PA apoiados		Volume total de investimento	
	Nº	%	mil euros	%
Expl. Apícolas	538	6	46053	4
Expl. Bovinos especializadas-orientação leite	122	1	34106	3
Expl. Bovinos especializadas-orientação criação e carne	627	8	70116	7
Expl. Com diversas combinações de culturas permanentes	266	3	18314	2
Expl. Com ovinos especializadas	184	2	19711	2
Expl. Espec em aves de carne	246	3	68754	7
Expl. Espec. Frutícolas (com exceção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	1985	24	241463	23
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	217	3	41188	4
Expl. Olivícolas especializadas	264	3	30189	3
Expl. Especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	697	8	19332	2
Expl. Especializadas na cultura dos cogumelos	429	5	44417	4
Expl. Especialidade em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	158	2	34375	3
Expl. Especialidade em hortícola sob cobertura	418	5	92727	9
Expl. Especialidade em horticultura ao ar livre	346	4	41155	4
Outras	1817	22	246090	23
Total	8314	100	1047991	100
Metas	8210		1000000	
% Metas	101%		105	

Fonte: ProDeR,2014

Não foi possível obter dados relativos aos pedidos e projetos apoiados na região Viseu e Dão-Lafões. No entanto, a partir do ciclo de debates “Potencialidades e Oportunidades do Território” organizado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) em 2015 é possível inferir que houve reduzido investimento de jovens agricultores nos setores tradicionais vegetais e o aparecimento de investimentos em novos setores, como sejam o dos pequenos frutos e dos cogumelos. A avicultura é apresentada como a atividade animal com maior peso em termos de projetos aprovados.

4. Análise das Entrevistas

4.1 Informações relativa ao projeto de candidatura

Na Tabela 12, apresentam-se as áreas de terreno e os valores investidos pelos diferentes JA, que rondam entre 50 e 100 mil euros; porém, o investimento de produção de frango em modo intensivo aproximou-se dos 400 mil euros. Relativamente à área de implementação do projeto, os valores oscilam entre os 0,5 e 1,4 ha.

Tabela 12-Área e valores de investimento

A1	A2	A3	A4	A5
•0,5 ha de mirtilos e uma estufa de 600 m² para os cogumelos •55 000 a 60 000 euros	•Estufa de 1100 m² •58 000 euros	•Pavilhão com 1 800 m² para 40 000 frangos •415 000 euros	•1 ha de mirtilos • 50 000 euros	•1,4 ha de mirtilo •90 000 euros

Tentou averiguar-se como é que os jovens agricultores tiveram conhecimento do programa, o ano em que concorreram e o tempo que decorreu desde o momento em que submeteram a candidatura até ao momento em que veio a resposta (Tabela 13). Com exceção do caso A4, no qual o conhecimento do programa foi obtido através de anúncios de divulgação, todos os outros promotores souberam da sua existência de forma informal através de amigos e familiares. O tempo de espera mínimo foi de 3 meses, mas, na generalidade dos casos foi de pelo menos um ano, tendo atingido os 2 anos no caso A2. O método de submissão do projeto e a participação de cada promotor na fase de conceção foi outra questão colocada aos participantes neste trabalho, sendo que, a maioria, optou por uma empresa de consultoria. Apenas no caso A5 o promotor submeteu o seu próprio projeto.

Tabela 13-Conhecimento do programa, ano de candidatura, tempo de espera, elaboração do projeto e forma de participação

	A1	A2	A3	A4	A5
Conhecimento do programa	Familiar	Amigos Internet	Pai	Anúncios de divulgação	Conversa com amigos
Ano de candidatura	2013	2012	2012	2013	2013
Tempo de espera	± 1 ano	± 2 anos	± 1 ano	± 3 meses	± 1 ano e meio
Elaboração do projeto	Empresa de consultoria	Empresa de consultoria	Empresa de consultoria	Empresa de consultoria	Próprio
Participação no projeto	Decidiu os produtos a produzir	Decidiu tudo	Decidiu a atividade	Decidiu a área a produzir	Decidiu tudo

Na forma de financiamento (Tabela 14), a maioria dos JA recorreu ao financiamento a partir de capitais próprios, sendo que o A2 pediu um empréstimo de familiares e o A3 recorreu a empréstimo bancário, sendo de salientar que foi o que fez o maior investimento. Para viabilizar o projeto foi necessário, em alguns casos, realizar investimentos extra que não estavam contemplados no plano inicial e que não foram apoiados. O A1 teve de pedir uma baixada de luz elétrica e este investimento não estava acautelado. No caso do A2, devido aos cortes de financiamento, teve de fazer alterações na estrutura de produção provocando um maior investimento com recurso a fundos próprios. No caso do A3, devido ao investimento ter sido um aviário, a lei obriga a ter mais terreno do que o previsto no projeto, levando à necessidade de aquisição de um novo terreno.

Quanto à continuidade da assessoria na fase de execução do projeto, a maioria respondeu que não a manteve. Só o A3 indicou que inicialmente foi acompanhado, mas que mais tarde deixou de o ser devido a problemas com o técnico. Na questão do escoamento da produção, com exceção do A2, todos os promotores sabiam onde iriam escoar a produção. No entanto, no caso A1, devido ao encerramento do negócio dos potenciais clientes, foi necessário encontrar uma forma de escoamento alternativa à que estava inicialmente prevista (Tabela 14).

Tabela 14-Forma de financiamento, obstáculos a contornar para viabilizar o projeto, necessidade de assessoria na fase de implementação e previsões do escoamento do produto.

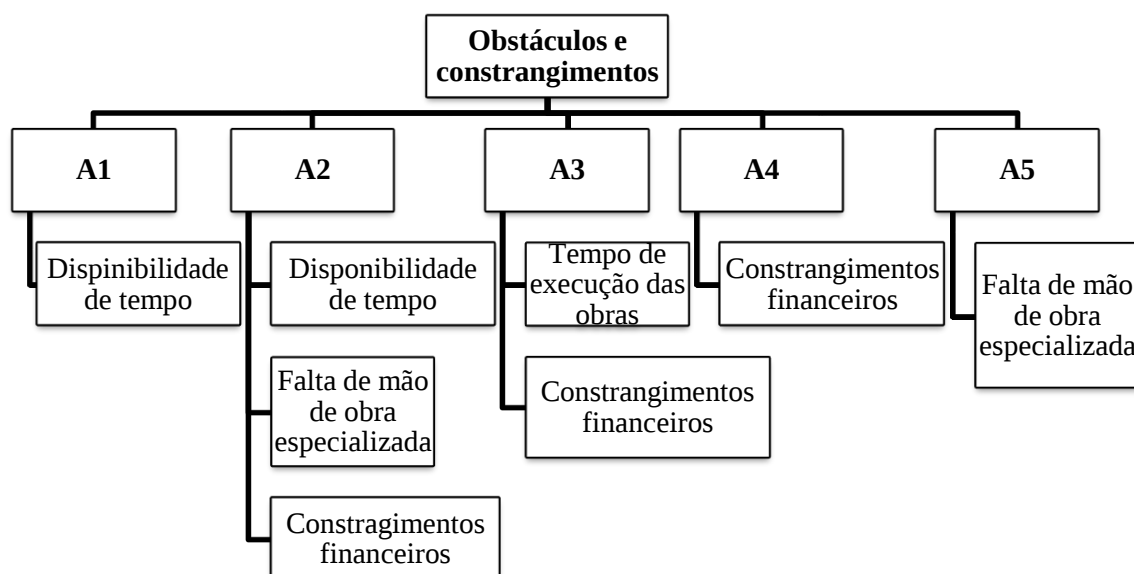
	A1	A2	A3	A4	A5
Forma de financiamento	Capitais próprios	Empréstimo de familiares e capitais próprios	Empréstimo bancário	Capitais próprios	Capitais próprios
Obstáculos a contornar para viabilizar o projeto	Pedir a luz elétrica	Maior investimento de dinheiro próprio	Adquisição de mais terrenos	Não	Não
Na fase de Implementação continuou com assessoria	Não	Não	Inicialmente, mas depois deixou	Não	Não
Sabia como ia escoar o produto	Sim, até começar a produzir	Não	Sim	Sim	Sim

4.2 Obstáculos e constrangimentos na fase de arranque do projeto

Nas questões, “Como qualifica a experiência no arranque do projeto?” e “Quais os principais obstáculo e constrangimentos que encontrou?” obtiveram-se respostas variadas (Tabela 15). Nos casos de A1 e A2, devido a terem outros empregos, a falta de tempo para disponibilizar a este novo projeto foi uma das dificuldades apontadas. No caso de A2 e de A5, surge a falta de mão de obra qualificada, situação que pode ser justificada com o facto de os projetos serem implementados em atividades, na altura, fora do padrão, não havendo técnicos qualificados para esclarecer as questões que tinham, nem para implementar os métodos de produção pretendidos. Os constrangimentos financeiros sentidos por A2, A3 e A4 ocorreram devido aos cortes que sofreram na percentagem de financiamento a fundo perdido do projeto que provocou terem de disponibilizar mais

capital. No caso do A3, o mesmo referiu um incumprimento das datas definidas, por parte das empresas que eram contratadas.

Tabela 15-Obstáculos e constrangimentos sentidos



Em termos de formações obrigatórias pelo ProDeR, os entrevistados não se recordavam de forma clara do nome das formações que frequentaram, mas sabiam que o número total era de quatro presenças. As quatro formações, anteriormente referidas, eram as seguintes: formação básica de agricultura, formação específica para a orientação produtiva da instalação, formação de gestão de empresas agrícolas e a componente prática em contexto empresarial, sendo que o A5 obteve equivalência devido a uma pós-graduação.

De entre os desvios sentidos pelos jovens agricultores, entre o que estava previsto e o que foi realizado, o principal foi o fator económico. O indivíduo A1 fez uma alteração na cultura, aumentando o espaçamento entre linha e, conseqüentemente, a área de plantação; A3 referiu novamente as falhas, ao nível das datas, por parte dos executores das obras, que demoraram mais tempo do que o previsto.

4.3 Situação após 5 anos do início do projeto

Nos primeiros cinco anos de funcionamento do projeto os jovens agricultores são avaliados pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), tendo por base o valor de vendas que se comprometeram a atingir no ano cruzeiro. Os jovens agricultores A1 e A2 tiveram de devolver dinheiro devido ao não cumprimento de valores previstos, uma vez que os valores de venda e as quantidades teriam sido sobreavaliados; os restantes cumpriram os valores previstos.

O número de postos de trabalho correspondeu ao que estava projetado. O número de horas diárias que disponibilizavam ao projeto, em média, está na Tabela 16 .

Tabela 16- Média do número de horas diárias por JA.

Jovem Agricultor	Horas diárias
A1	6
A2	8
A3	12
A4	2
A5	3

Relativamente à forma de escoamento da produção e ao valor real de faturação, observaram-se diferentes situações (Tabela 17). No caso do produtor A1, a produção de cogumelos não foi a que estava prevista, uma vez que a empresa para que ia vender deixou de existir; no caso dos mirtilos a comercialização correu bem. O produtor A2, numa fase inicial, escoou o seu produto a um revendedor. No entanto, o preço pago por este não correspondia aos custos de produção; o produtor acredita que esta situação terá ocorrido devido a um excesso de projetos iguais ao dele, sem a devida análise financeira, provocando uma oferta maior do que a procura que existia no momento. No caso do produtor A3, o facto de estar integrado numa grande empresa traduziu-se em vantagens e desvantagens: por um lado, fornecem-lhe a matéria-prima necessária e depois compram-lhe o produto final, por outro lado, o preço inicial acordado foi alvo de alterações, o que provocou uma perda económica. Relativamente aos agricultores A4 e A5, estes escoaram os seus produtos às entidades previstas com preços de venda voláteis ao longo das campanhas; no final, ambos conseguiram ir de encontro àquilo a que se tinham proposto.

Relativamente à satisfação com o valor do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido), comparando com o custo de iniciar/melhorar uma exploração agrícola e ideias de melhoria do programa (Tabela 18), A1 apontou que o nível de ajuda, apesar de ser bom, poderia ser melhorado, nomeadamente através da satisfação da necessidade de ter um fundo de maneio e da ocorrência de sessões de esclarecimento, antecedentes à assinatura dos projetos, de forma a conceder aos interessados algum tempo de reflexão e a promover, também, a ligação produtor/comprador.

Tabela 17- Forma de escoamento e valor de faturação foram o que propuseram no projeto

JA	A1	A2	A3	A4	A5
Forma de escoamento	Não	Não	Sim	Sim	Sim
valor real de faturação	Não	Não	Não	Sim	Sim

No caso do A2 a resposta foi inconclusiva. Para este agricultor, devido à burocracia, se for para implementar uma empresa nova para concorrer com outras já estabelecidas no mercado, o melhor é não fazer o investimento. Contudo, se for para aproveitar um terreno que se tenha para obter um rendimento extra é um bom investimento. O A3 alegou que o nível de ajuda não é bom, considerando que o financiamento a fundo perdido deveria ser de 60%, independentemente do valor do projeto. O A4 não teve nada a apontar ao nível dos apoios recebidos.

O produtor A5 pensa que esta é uma estratégia de apoio ao investimento, mas que poderia haver outras, ressaltando a necessidade de haver formações antes de os jovens agricultores submeterem os projetos para “ver se as pessoas gostam ou não gostam, devido a haver muita gente que estraga as vidas devido a estes projetos e gastam dinheiros públicos que poderiam ajudar outros agricultores”.

Tabela 18-Satisfação relativamente aos apoios recebidos e ideias de melhoria

A1	A2	A3	A4	A5
Sim	Depende	Não	Sim	Depende
Sessões de esclarecimento Fundo de Maneio Ligação produtor/comprador	Burocracia concorrência de mercado	Financiamento a 60 % independente do valor	Sorte	Formações antes de candidatura Estratégia adaptada

O resultado das respostas à questão “se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se?” são os que constam na Tabela 19. A1 respondeu que não, uma vez que o dinheiro que recebeu, não compensou a quantidade de trabalho, e, também, devido às dificuldades burocráticas e às condições climáticas adversas para os mirtilos, que culminaram com uma produtividade inferior à esperada. O produtor A2 disse que não se voltaria a instalar, dado os valores de rendimento que obteve não corresponderem aos que lhe teriam sido, anteriormente, apresentados. O produtor A3 não voltaria a instalar-se devido à subida dos preços da farinha e do pinto. Já os produtores A4 e A5, afirmaram que sim, que se voltariam a instalar, uma vez que as margens de lucro se revelaram bastante razoáveis, havendo, inclusive, no caso do A5, uma posterior ampliação da cultura.

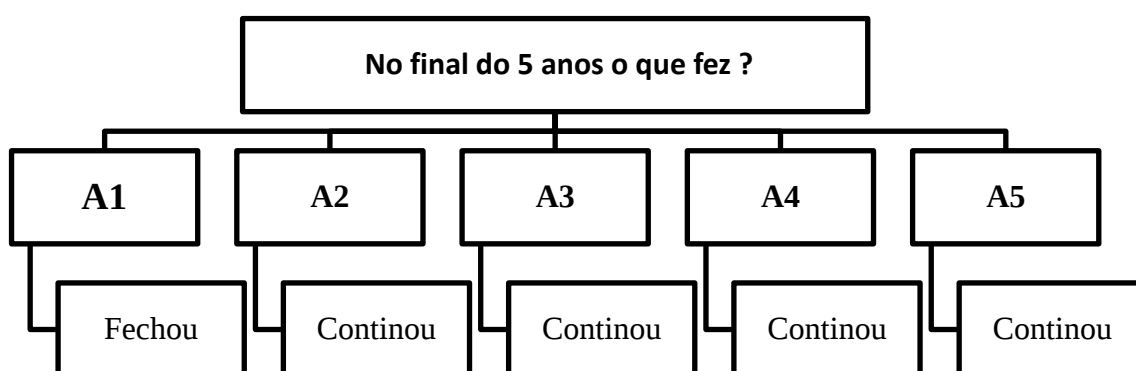
Relativamente ao tipo de apoio das instituições do setor agrícola, relativamente ao IFAP, os agricultores A1, A2 e A4 indicaram que não receberam apoio e alertaram para a necessidade de o estado ter técnicos com maior formação. No caso do produtor A5, o mesmo foi ajudado pela entidade. Por outro lado, o agricultor A3 teve problemas com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, causados por entidades que ele subcontratou, mas que foram resolvidos sem penalização para o agricultor.

Tabela 19- Respostas a questão sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se e justificações.

A1	A2	A3	A4	A5
Não	Não	Não	Sim	Sim
Burocracia	Desilusão financeira	Dificuldades financeiras	Bons Lucros	Bons Lucros
Muito trabalho				
Factores climaticos				

No questionário realizado, à pergunta “O que fizeram com a empresa no final dos 5 anos?” houve situações diferenciadas (Tabela 20). O interveniente A1 respondeu que terminou a atividade, A2 continuou a produzir para “não ter a sensação que perdeu tempo e investimento ao longo destes 5 anos, tendo a necessidade de recomeçar do zero devido a problemas com contaminações, mas com um maior *know-how* do método de produção”. No caso do A5 houve uma ampliação da cultura.

Tabela 20- No Final dos 5 anos o que aconteceu



Na questão “Faça um resumo da sua experiência como beneficiário da ajuda ao investimento, apontando um ponto forte e um ponto fraco”, os produtores A2 e A4 referiram como ponto fraco o reduzido acompanhamento técnico na fase de

implementação e o facto de o objetivo das visitas ser apenas fiscalizar o cumprimento dos investimentos. Do ponto de vista do produtor A3, ter um aviário é positivo, no entanto existe o inconveniente de não se poder ausentar muito tempo devido à possibilidade de haver problemas. Um maior detalhe dos pontos fortes e fracos da experiência é apresentado na Tabela 21.

Tabela 21-Pontos fortes e fracos da experiência

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
A1	Contacto com a natureza, Investimentos na propriedade, descomprimir	Fazer uma análise antes de fazer este tipo de investimentos
A2	Ajuda económica para investir e criar um posto de trabalho mais perto de casa	Falta de apoio técnico por parte das instituições,
A3	Tenho um aviário	Ainda tenho um aviário
A4	O bom financiamento do ProDeR	Falta de apoio técnico por parte das instituições
A5	Alavancagem de uma parte do projeto	Muita burocracia

4.1 Discussão

Os resultados permitiram perceber que a principal motivação que levou os JA a submeterem a candidatura de Jovem Agricultor ao ProDeR foi a procura de um rendimento complementar a uma atividade principal. Esta é também uma forma de compensar a possível perda de proventos salariais na atividade original, normalmente ligada a um contexto claramente urbano.

Ao contrário do que aconteceu a nível nacional, onde as atividades apoiadas no âmbito do ProDeR foram sobretudo atividades mais comuns como a fruticultura, a vitivinicultura e os bovinos de carne, na região de Viseu destacaram-se, nas atividades vegetais, os cogumelos e os pequenos frutos e, nas atividades animais, os frangos de carne. O nível de investimento dos agricultores entrevistados, com exceção do projeto de

frangos de carne, enquadra-se no escalão dominante a nível nacional, isto é inferior a 100 mil euros.

Depois de tratados e analisados os dados recolhidos o que mais se destaca são as referências às lacunas no acompanhamento dos jovens agricultores por parte dos serviços públicos. Em particular, os entrevistados salientam a necessidade de, antes de ser realizada a contratualização (assinatura do contrato por parte dos jovens candidatos e a aceitação das condições), se informarem os candidatos dos constrangimentos que podem surgir, a forma como podem ser ultrapassados e os apoios a que têm efetivamente direito. Salienta-se ainda a referência à falta de apoio técnico por parte das instituições, a demora entre o tempo de submissão do projeto até à chegada da sua aprovação e a abundante burocracia envolvida no processo. O excesso de tempo de espera é uma observação que surge noutras análises ao ProDeR. Por exemplo, Lopes (2014) ressalta a necessidade de se dar uma resposta o mais célere possível, propondo a criação de um balcão de beneficiário. A escassez de acompanhamento técnico/serviços de extensão, embora identificado no estudo realizado pela Comissão Europeia (2015) como uma dificuldade enfrentada pelos JA em Portugal, não surge, ao contrário, como um dos principais estrangulamentos à atividade. Esta diferença poderá resultar do facto de a amostra do estudo referido englobar agricultores bastante diferentes daqueles que se encontram na região Viseu Dão Lafões e daqueles que foram entrevistados no presente estudo. De facto, a área média das explorações dos JA da amostra da Comissão Europeia (2015) era 126,1 ha, enquanto a área média das explorações na região é de 4,4 ha, sendo de esperar que em explorações de maiores dimensões, com maior capacidade financeira, haja maior facilidade na obtenção de apoio técnico privado e que, portanto, a dificuldade em obtê-lo não seja vista como um constrangimento importante.

Quanto aos constrangimentos na fase de arranque do projeto, a escassez de mão de obra parece ser amplamente reconhecida não só nos estudos de caso aqui apresentados como também no estudo da Comissão Europeia (2015). Dos cinco entrevistados, três referem a escassez de mão de obra especializada e/ou a falta de tempo como um constrangimento. No estudo da Comissão Europeia (2015) a escassez de mão de obra especializada e de mão de obra sazonal surgem em 3º e 4º lugar nas dificuldades apresentadas pelos JA portugueses, embora apresentem menos relevância para a generalidade dos JA europeus. Da mesma forma, o acesso ao crédito surge em 5º lugar na lista das maiores dificuldades sentidas pelos JA portugueses que participaram no estudo da Comissão Europeia, em linha com o

que foi apurado no presente estudo, com 3 dos 5 entrevistados a referirem as dificuldades financeiras como um dos principais constrangimentos na fase de arranque do seu projeto. A este respeito, Rolo *et al.* (2014), alertam para a necessidade de reforçar os incentivos e o investimento nas empresas agrícolas e florestais, o apoio público ao investimento privado e a existência de “falhas de mercado”, não se justificando conceder apoio, sobretudo o não reembolsável, a projetos que seriam viáveis e lucrativos sem esse apoio e que não geram externalidades relevantes na ótica do interesse público (geral).

O estudo realizado permitiu observar que os JA que revelaram melhores resultados foram os produtores de mirtilos, comparativamente aos produtores de cogumelos e aves. Esta situação pode ser explicada pelo facto de haver *players* internacionais que absorvem toda a oferta do mercado, ou seja, neste caso foi aberta uma possibilidade de venda garantida. No caso da avicultura intensiva, a questão maior é que os JA são integrados em grandes empresas que lhes fornecem a ração, os pintos e os medicamentos, tendo estes, apenas, a “obrigação” de criar os frangos, o que leva a que o controlo dos custos de produção seja perdido e, consequentemente, a problemas financeiros difíceis de solucionar. Relativamente aos cogumelos, houve um desequilíbrio na procura-oferta, sendo que a oferta excedeu a procura.

5. Conclusões

A importância da agricultura para o mundo rural e para os cidadãos em geral é indiscutível, uma vez que possibilita a produção de alimentos e de produtos primários que são utilizados pelas indústrias, pelo comércio e pelo setor de serviços, tornando-se a base da manutenção da economia mundial. À vista desta importância, as políticas de desenvolvimento agrícola e rural assumem um papel estratégico, uma vez que só se pode colher o que antes se semeou. No entanto, as medidas adotadas para promover a agricultura e o desenvolvimento rural revelam-se frequentemente difíceis de aplicar e ineficientes no seu alcance, levando os seus principais destinatários a abandonarem precocemente projetos que, à partida, apresentavam um bom potencial de sucesso.

Este estudo constituiu um contributo para o conhecimento das expectativas e resultados da instalação de agricultores através de apoios ao investimento, num programa de desenvolvimento rural concreto e numa medida específica – Instalação de Jovens Agricultores, no âmbito do ProDeR. Esta medida procurou criar melhores condições de vida num espaço rural que se encontrava envelhecido e alterar o conceito do que é ser um agricultor e o modo como se trabalha na agricultura. No entanto, a sua aplicação não foi isenta de constrangimentos que levaram muitos jovens agricultores que beneficiaram da medida a abandonar a atividade imediatamente após o prazo legal concedido para o fazerem. Com este trabalho, que permitiu o reconhecimento das dificuldades dos jovens perante os desafios da burocracia, do escoamento, do tempo necessário nas explorações e do investimento nas infraestruturas necessárias, espera-se poder contribuir para o delineamento de políticas mais eficazes que envolvam soluções para os problemas com que a maioria dos jovens agricultores se deparam.

O trabalho apresenta as limitações e as vantagens próprias de um estudo qualitativo assente em estudos de caso. Se, por um lado, permitiu um conhecimento aprofundado das motivações e dificuldades encontradas em cinco explorações de jovens agricultores concretos, por outro, a não utilização de uma amostra probabilística e a escassa abrangência demográfica limita a extrapolação para o universo dos jovens agricultores portugueses. O facto de não terem sido disponibilizados dados a nível regional pela DRAPC dificultou também a obtenção de resultados mais expressivos.

6. Referências bibliográficas

European Commission, Directorate-General for Agriculture and Rural Development . 2015. *Young farmers' needs in Portugal* . Rotterdam : ECORYS, 2015. <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/external-studies/2015/young-farmers/country-reports/annex-i.22-portugal.pdf>.

Agyepong, I., Adjei, S. 2008. *Public social policy development and implementation: a case study of the Ghana National Health Insurance scheme.* . s.l. : Health Policy and Planning 23 (2), 150–160, 2008.

AJAP. 2007. *Que futuro para os Jovens na Agricultura Portuguesa.* Lisboa : Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, 2007.

Alberto, Deolinda. 2004. *Instalação de jovens agricultores - experiências comparadas em três países da UE.*

Almeida, Vanessa. 2015. *Dão-Lafões Uma Caracterização estatística.* s.l. : Direcção Regional do Controlo , 2015.

Avillellez, Francisco. 2015. *A agricultura Portuguesa.* s.l. : Fundação Francisco Manuel Dos Santos, 2015. 392276/15.

Avillez, F. 2014. *A Agricultura Portuguesa - Caminhos para um crescimento sustentável.* Lisboa : AGRO.GES, 2014.

Bailey, Alison, Lang, Tim e Schoen, Victoria. 2016. *Does the CAP still fit?* 2016.

Bond, R., Curran, J., Kirkpatrick, C., Lee, N., Francis, P. 2001. *Integrated Impact Assessment for Sustainable Development: A Case Study Approach.* s.l. : World Development 29, 1011–1024., 2001.

Brindley, C., Oxborrow, L. 2014. *aligning the sustainable supply chain to green marketing needs: A case study.* s.l. : Industrial Marketing Management 43, 45–55., 2014.

CAPeye. 2014. *PAC et développement rural.* [Online] 06 de août de 2014. [Citação: 04 de août de 2019.] https://www.supagro.fr/capeye/wp-content/uploads/page_pdf/PAC_et_developpement_rural.pdf.

CAPeYe. 2014. <https://www.supagro.fr/capeye/a-propos-de-nous/>. *Histoire de la PAC*. [Online] 06 de août de 2014. [Citação: 02 de août de 2019.] file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Relatorio/Introdu%C3%A7%C3%A3o/Histoire-de-la-PAC-.pdf.

Cardoso, Thelma. 2017. *O Impacto do TTIP no Sistema Multilateral de Comércio da OMC e em Países Terceiros*. s.l. : Universidade do Minho- Escola de Economia e Gestão, 2017. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49516/1/Thelma%20Suzana%20Lopes%20Cardoso.pdf>.

Chemnitz, Christine e Rehmer, Christian. 2019. *L'ATLAS DE LA PAC 2019*. s.l. : François Fouquelle, 2019. https://pouruneautrepaq.eu/wp-content/uploads/2019/02/atlasdelapac2019_II_web_190307.pdf.

Comissão das Comunidades Europeias. 2007. *Decisão da Comissão que aprova o programa de desenvolvimento rural de Portugal Continental relativo ao período de programação 2007-2013*. Bruxelas : s.n., 2007.

Comissão Europeia. 2014. *A história de três gerações de agricultores*. Luxemburgo : União Europeia, 2014. 978-92-79-37329-9.

Comissão Europeia.. 2012. *A política Agrícola Comum*. Luxemburgo : União Europeia, 2012. 978-92-79-2377-0.

Comissão Europeia.. 2016. *A política agrícola comum (PAC): para uma alimentação, um espaço rural e um ambiente de maior qualidade*. Luxemburgo : s.n., 2016. 978-92-79-59593-6.

Comissão Europeia.. 2013. *Regime de Pagamento Único*. 2013. https://ec.europa.eu/agriculture/direct-support/pdf/factsheet-single-payment-scheme_pt.pdf.

Cordovil, F e al, et. 2004. *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*. S. João do Estoril, : Principia, 2004. 9789728818265.

Crowe, S., Cresswell, K., Robertson, A., Huby, G., Avery, A., Sheikh, A. 2011. *The case study approach*. *BMC Medical Research Methodology* 11:100. 2011.

Cunha, Arlindo. 2013. Desenvolvimento Rural. [Online] Novembro de 2013. [Citação: 24 de Janeiro de 2020.] <http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=1328>.

Cunha, Armindo. 2000. *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural*. Lisboa : Plátano, 2000. 9789727072699.

Delegação de Viseu. 2015. *O território agrícola*. 2015. http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/debates_deleg_Viseu_2015_vf.pdf.

Desjeux, Yann, Dupraz, Pierre e Thomas, Alban. 2011. *Les biens publics en agriculture*,. Avignon : Colloque « Ecologisation des politiques publiques et des pratiques agricoles » , 2011.

Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C., Martins, H., da Silva Vieira, R., Alves, M., Porta, M., e Ferreira, G. 2014. Relatório Final da Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007- 2013 (ProDeR) do ano 2013. Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança. .

DRAPC. 2018. *QUAR Plano de Atividades 2019*. Castelo Branco : Ministério da Agricultura.

DRAP. 2018. *Relatório de Atividades 2017*. Castelo Branco : Ministerio da Agricultura.

European Commission . 2017. European Neighbourhood Policy And Enlargement Negotiations. [Online] 06 de june de 2017. [Citação: 28 de june de 2019.]

European Commission. 2019. Sicco Mansholt: farmer, resistance fighter and a true European. *European Union*. [Online] 22 de may de 2019. [Citação: 02 de august de 2019.] https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/sicco_mansholt_en.pdf.

European Commission.. 2019. The common agricultural policy at a glance. [Online] 17 de may de 2019. [Citação: 28 de june de 2019.] https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/cap-glance_en.

Forsman, H. 2008. *Business development success in SMEs: a case study approach*, s.l. : Journal of Small Business and Enterprise Development 15 (3), 606-622, 2008.

GPP. 2016. *Agricultura, Silvicultura e Pesca - Indicadores 2016*. Lisboa : Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral , 2016. 1645-3514.

GPPAA. 2005. *Plano nacional de desenvolvimento Rural 2007-2013*. s.l. : Ministerio da agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2005.

Hardwick, S. W. 2009. *Case Study Approach In Internacional Encyclopedia of Human Geography*. Oxford : K. Editors in Chief: Rod and T. Nigel, Elsevier, 2009.

Instituto Nacional de Estatística. 2007. *Mais de quinhentas séries estatísticas retratam a evolução da agricultura em Portuga*. lisboa : Destaque, 2007.

Instituto Nacional de Estatística. 2007. *Portugal Agrícola 1980-2006*. 2007. 978-972-673-893-0.

Instituto Superior Técnico. 2009. *Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente-2008*. Lisboa : s.n., 2009.

Massot, Albert. 2019. *Fichas temáticas sobre a União Europeia*. [Online] maio de 2019. [Citação: 24 de julho de 2019.] <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/103/a-politica-agricola-comum-pac-e-o-tratado>.

Massot, Albert e Nègre, François. 2019. *O acordo agrícola no âmbito da OMC*. s.l. : Fichas temáticas sobre a União Europeia, 2019. <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/111/o-acordo-agricola-no-ambito-da-omc>.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2011. *Programa de Desenvolvimento Rural - Continente 2007-2013*. [Online] 2011. [Citação: 23 de outubro de 2019.] www.proder.pt.

Moreira, Alexandra Melro de Campos. 2012. *Mecanismos de Apoio ao investimento em explorações de Agricultura Biológica:Um caso de Estudo*. Coimbra : Escola Superior Agrária, 2012. file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Instalacao_de_jovens_agricultores_-_experiencias_c.pdf.

Multimedia Centre. 2010. História:Nascimento da PAC. *Parlamento Europeu*. [Online] 21 de novembro de 2010. [Citação: 02 de agosto de 2019.] https://multimedia.europarl.europa.eu/pt/history-the-cap-is-born_V001-0008_ev.

PDR.2020 [Online] 21 de janeiro de 2020

Programa de desenvolvimento rural 2014-2020. Obtido de <http://www.pdr-2020.pt/Legislacao/PDR2020-Regimes-de-Aplicacao>

ProDeR. 2012. *Programa de Desenvolvimento Rural- Revisão 09*. s.l. : Governo de Portugal e União Europeia, 2012.

UE. 2014. *Relatório de Execução*. s.l. : Governo de Portugal, 2014.

Quercus. 2013. Política agrícola. [Online] 19 de Junho de 2013. [Citação: <https://www.quercus.pt/artigos-agricultura-sustentavel/3117-politica-agricola> de julho de 2019.]

Regulamento da (UE) N. o 1305/2013. União Europeia. 2013. Bruxelas : Jornal Oficial da União Europeia, 17 de dezembro de 2013.

Reis, A. M., 2006. *A Política de Desenvolvimento Rural da UE para 2007- 2013*. 2006. http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/politica_desenvolvimento_rural_ue.pdf.

Rolo, Joaquim Cabral e Cordovil, Francisco. 2014. *Rural, Agricultura e Políticas*. Lisboa : Animar, 2014. 987-989-8748-04-1.

Santos, Miguel Ângelo. 2010. *Políticas de Financiamento ao Desenvolvimento Rural Análise Comparativa: Portugal e Astúrias*. Lisboa : Instituto Superior Técnico, 2010.

Sicsú, João. 2009. *Sociedade e Economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília : IPEA, 2009.

Soares, Pedro. 2013. *Jovens Agricultores Transição Rural ou regresso à terra*. PMP - Serviços e Equipamentos Gráficos, LDA. : s.n., 2013. 978-989-98548-6-4.

Squeff, Tatiana. 2017. *O desenvolvimento da política agrícola comum da União Europeia*. 2017. [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/4313-19954-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/4313-19954-1-PB%20(2).pdf).

Stauffacher, M., Flüeler, T., Krütli, P., Scholz, R. 2008. *Analytic and dynamic approach to collaboration: a transdisciplinary case study on sustainable landscape development in a Swiss prealpine region.* *Systemic Practice and Action Research* 21 (6), 409–422. 2008.

União Europeia. 2015. *Os jovens agricultores e a PAC.* Luxemburgo : Serviço das Publicações da União Europeia, 2015. 978-92-79-38512-4.

Vareta, Maria Leonor. 2014. *A Política Agrícola Comum (PAC) e o Comércio Internacional* . 2014. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5151/1/DM_Leonor_Vareta_2014.pdf.

7. Anexos

7.1 Guião das entrevistas aos Jovens Agricultores

A) Caracterização do promotor

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Género
- 4) Estado Civil
- 5) Formação académica
- 6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?
- 7) Em que concelho, freguesia e lugar se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?
- 8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)
- 9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?

B) Informações relativa ao projeto

- 10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.
- 11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?
- 12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?
- 13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?
- 14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)
- 15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?

16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve que fazer compromissos para viabilizar a aprovação do projeto?

17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?

18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?

19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

21) Quias os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpriu o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalhavam no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizava ao projeto?

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

- 28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?**
- 29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?**
- 30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?**
- 31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.**

7.2 Transcrição das entrevistas aos Jovens Agricultores

7.2.1 Entrevista ao jovem agricultora 1

A) Caracterização do promotor

1) Nome:

Jovem agricultor 1

2) Idade:

33 anos em que na altura de submissão tinha 28 anos;

3) Género:

Feminino;

4) Estado Civil:

União de facto;

5) Formação académica:

Licenciada em informática;

6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?

Mangualde;

7) Em que concelho, freguesia se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?

A exploração foi em Mangualde, mais precisamente em Torre de Tavares localizada a uns 20 minutos de minha casa.

8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)

Pessoa Singular;

9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?

Sim, ajudando os meus pais quando era pequena em pequenas atividades como na recolha de batatas, azeite e uvas.

B) Informações relativa ao projeto

10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.

O nosso projeto era a produção de mirtilos e cogumelos, sendo 0.5 ha de mirtilos e uma estufa de 600 m², constituída por 2 túneis para a produção de cogumelos em tronco. A quantidade de madeira devia andar pela ordem das 80 toneladas. O investimento andou por volta dos 55 a 60 mil euros, o que estava previsto eram de 65 mil, mas depois houve redução. Os investimentos que fizemos foram a recuperação de uma palheira, fizemos um furo, uma estufa que foi feita

da raiz, uma estrutura para a parte de apoio (motor de rega, bombas) a rede, camalhões e tivemos de puxar uma baixada de eletricidade.

11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?

Foi por um familiar que na altura estava desempregado e que sugeriu para fazermos este investimento.

12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?

Foi em final de 2013, tendo esperado aproximadamente 1 ano para ser aprovado.

13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?

Sim, foi o Engenheiro....

14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)

A decisão apenas incidiu no desejo de produzir mirtilos e cogumelos, enquanto que a nível de áreas foi o engenheiro que decidiu.

15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?

Foi a partir de poupanças.

16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve de se comprometer para viabilizar a aprovação do projeto?

Estava tudo mais ou menos dentro do previsto o que não estava previsto era a parte da luz que pensávamos que havia apoio, mas nessa parte não houve apoios.

17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?

Não.

18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?

Sabia. Até começar a produzir os cogumelos, tínhamos à partida para onde escoar só que depois as pessoas desapareceram e começamos a tentar escoar para conhecidos. Enquanto que os mirtilos inicialmente não conhecíamos, mas depois conseguimos arranjar alguns contactos.

19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?

Inicialmente foi muito boa, pensávamos que íamos ter ali um rendimento extra. Trabalhámos bastante os 4 mas agora chegámos a conclusão que não valeu

a pena. O tempo foi um problema porque ambos trabalhávamos e depois no final da semana era todo o tempo dedicado a exploração, foi uma fase complicada.

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

Sim, a produção de cogumelos e de mirtilos, a de agricultura geral e a de gestão.

21) Quais os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

Houve um desvio na colocação dos mirtilos que inicialmente tínhamos programado uma área só que depois acabamos por ocupar uma área maior para deixar um espaçamento superior. Como a área aumentou tivemos mais custos de rede e rega.

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpriu o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

Não, as quantidades estavam muito inferiores do que estava previsto, nunca conseguimos fazer essas produções nos cogumelos, nos mirtilos também. No primeiro ano correu bem, no segundo veio chuvadas e granizo que destruiu a campanha toda. Após os 5 anos mantivemos os mirtilos, os cogumelos desistimos não tínhamos para onde escoar a produção que era inconstante e de difícil controlo.

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalhavam no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizava ao projeto?

Erámos 4 pessoas, duas pessoas estavam mais ausentes devido à atividade profissional. Eu e o Rui (marido da agricultora) usávamos os fins de semana todos e, por vezes, depois do trabalho. As horas que dedicávamos dependia muito dos cogumelos, porque podíamos só apanhar ou ter de meter os troncos em submersão. Mas dedicávamos em média 25 a 30 horas semanais.

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

Não foi o que estava previsto, o preço foi abaixo do que estava no projeto. Assim, não teve de acordo com o previsto.

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

Não, devido a termos tido dificuldades em escoar a produção de cogumelos. Enquanto que a de mirtilos ainda foi mais ou menos.

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

Sim, penso que é uma boa ajuda, porém poderiam explicar melhor que o projeto não era um mar de rosas podiam ter dito que tínhamos de ter um fundo de maneio.

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

Não, nunca. É muito trabalho, muita burocracia e nem sempre lidámos com pessoas verdadeiras, sinceras e humildes. Não tivemos bons resultados, nos cogumelos foi a pior experiência, tínhamos muito trabalho e depois ia para o lixo apenas são muito saborosos e fazem bem à saúde. Por outro lado, os mirtilos sofremos um pouco com as condições climáticas.

28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?

No início, esclarecer melhor as pessoas para aquilo a que vão e deviam ter mais apoio para o escoamento do produto. Uma melhor ligação entre o produtor e as pessoas que possam escoar, mas pessoas honestas, tornariam tudo mais fácil. Idealmente, deveria haver formações antes de se assinar o projeto, sobre os problemas que iríamos ter, caso se fizessem esse tipo de esclarecimentos as pessoas iam pensar 2 a 3 vezes antes de assinar.

29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?

Nenhuns, eles só iam ver se estava tudo bem ou não. Nada demais e nem sequer do nosso Engenheiro se importava.

30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?

Fechou

31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.

Com isto aprendemos que antes de nos metermos numa coisa destas devemos analisar bem as consequências. Mas, houve pontos bons trabalhei bastante o que também não me fez mal estando em contacto com a natureza, enquanto que na propriedade também fizemos um furo havendo uma evolução da parcela.

7.2.2 Entrevista ao jovem agricultora 2

A) Caracterização do promotor

1) Nome:

Jovem Agricultor 2

2) Idade

A idade atual é de 39 anos, tendo submetido o projeto com 32/33 anos

3) Género

Masculino

4) Estado Civil

Casado

5) Formação académica

Licenciatura

6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?

Santa Maria, Viseu

7) Em que concelho, freguesia e lugar se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?

São José (Viseu), sendo um 1 Km da residência

8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)

Pessoa Coletiva

9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?

Não tinha experiência nenhuma

B) Informações relativa ao projeto

10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.

O projeto era a produção de cogumelos Shiitake em tronco sendo constituído por uma estufa de 1 100 m². A tipologia dos investimentos foram uma estufa, um furo sistema de rega, pavilhão de apoio a produção, o nivelamento de terras e todos os investimentos que necessitámos para nos instalarmos. O investimento mais caro foi o furo e a estufa visto o terreno já ser de família. O projeto foi aprovado 58 000 euros, mas investimos aproximadamente 75 000 euros.

11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?

Amigos, consulta na internet

12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?

Foi submetido em 2012, o tempo de espera foi aproximadamente 2 anos.

13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?

Fui a uma empresa de Lisboa só que, entretanto, acabamos o projeto com outra empresa aqui de Viseu.

14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)

A área tinha de ser consoante o terreno, tínhamos este terreno e tivemos de o aproveitar ao máximo, e estas decisões foram com base nalguma pesquisa, aconselhamento e algum gosto pessoal, não sendo de todo, chegar e começar a fazer cogumelos (quem é que se lembra disso). Talvez também induzido pelos engenheiros da DRAP de Viseu e da estação agrária porque era o que estavam a ver que estava a gerar mais rentabilidade.

15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?

Foi empréstimos a familiares e muitas poupanças próprias.

16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve de fazer compromissos para viabilizar a aprovação do projeto?

Tivemos de fazer vários compromissos porque eles logo que aprovaram o projeto fizeram logo um corte de 40 % ao que estava proposto. Tivemos de passar para uma solução B que foi investir uma parte nossa e que ainda não conseguimos rentabilizar ao fim de 6 anos.

17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?

Não. Quer dizer tivemos um pouco do fornecedor da madeira que para nós isto era novidade e ele acompanhou-nos inicialmente depois foi natural, deixamos de precisar.

18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?

Não.

19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?

No arranque as coisas foram difíceis, eu estava a dar aulas e tive que tentar conciliar porque também não ia deixar de dar aulas para vir trabalhar no projeto que não me estava a dar um proveito. Quando estás a contruir não estás a ter rentabilidade e tive de conciliar com isso o constrangimento financeiro devido a termos tido um corte grande (que foi sempre um problema). A mão de obra especializada não existia e ainda hoje é escassa, não tinha ninguém a quem recorrer e também não havia muita mão de obra disponível para este trabalho que é um bocado físico e pesado, não é um trabalho que tu entres limpo e saís limpo.

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

Sim, fizemos 4 módulos: um módulo de agricultura geral, outro mais específico para a produção de cogumelos, um sobre a parte financeira e da organização da empresa e o outro não me lembro bem. Eram obrigatórios, pois não tínhamos nenhuma formação em agricultura e este era um requisito para a aprovação do projeto.

21) Quias os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

Claro que houve, como não tivemos o dinheiro que estávamos a pensar que ia haver, desde logo excluimos algumas coisas que não eram possíveis à partida, o tanque de imersão dos troncos e outras coisas que nos condicionaram ao longo do tempo.

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpriu o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

Não e era muito difícil porque os primeiros valores que nos foram calculados eram errais, ninguém produz aquilo e muito menos vendem àquele preço. Assim, é claro que foi um desvio grande e tivemos de entregar ao IFAP um valor.

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalhavam no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizava ao projeto?

Sim, teoricamente eram para estar eu e a minha esposa. Não era suficiente para termos dois posto de trabalho aqui, de momento é um posto de trabalho, era o que tínhamos previsto um de nós dedicar-se realmente a isto e o outro ser um complemento. No mínimo 8 horas diárias, devido haver alturas em que há necessidade de inocular o que provoca mais horas.

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

Não, no início tivemos ajuda de um grande armazenista e revendedor, mas só que os valores não correspondiam ao trabalho que isto nos estava a dar, desta forma tentámos arranjar um canal alternativo. O preço foi diferente. A alteração do valor na minha opinião foi devido a um boom de projetos sem haver um rigor de avaliação o que levou à existência de produtores a mais. Ao pedir um conselho a um engenheiro que estaria na estação agrária, em que ele incentivava o projeto afirmando que era possível conseguir os resultados, levou a uma elevada produção para a procura e a única maneira de vender um produto que não está a ser procurado é baixar o preço até ao ponto que baixando dá prejuízo. Foi produto a mais para a procura que havia.

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

Não, porque há sempre uma percentagem de cogumelos que consegues vender mais caro, mas a globalidade foi sempre mais barato. Foi o que falámos na pergunta anterior.

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

Depende, se for realmente para teres uma exploração agrícola para poderes concorrer com outras empresas que já estão implementadas é insuficiente desde logo. Porém, se for para começares uma atividade que é para rentabilizar um terreno que tinhas parado fazendo o básico e conseguires produzir, se calhar, não sei, suficiente não será, mas pronto tirando muita coisa, dá para fazer.

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

Não, porque a minha formação inicial era no ensino e acho que realmente no início os números que nos apresentavam eram motivacionais porque nem a dar aulas uma pessoa conseguia fazer isso e aliás eram mais aliantes que o ordenado de um professor só que na realidade nem chegaram perto. Tendo em conta tudo isso se fosse neste momento não ia optar por isso, o que me levou após 5 anos ter continuado? Foi a ideia de não querer desistir, porque perdi aqui 5 anos da minha vida e secalhar tentar outra vez, contra toda a vontade familiar que queriam acabar visto isto dar muito trabalho e tempo. Tudo isto me fazia pensar 2 a 3 vezes a mesma decisão.

28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?

A burocracia é um pouco excessiva, claro que tem de haver controlo, mas por vezes é desmotivante tantos papéis. Depois, como é um projeto agrícola, como hei-de dizer os fornecedores de matérias tomam-nos como crianças não sei se me faço entender, como somos jovens agricultores e como estamos à instalarmos-mos e como é uma medida do ProDeR ficamos no final da lista de tudo. E tudo isto desmotiva-te um bocadinho e a parte financeira também não é de todo aliantante como isso, claro que é uma ajuda e o programa é mesmo uma ajuda, mas não é isso que faz com que os jovens fiquem na agricultura.

29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?

Não, nós não estivemos a ter qualquer tipo de apoio, nós chegamos a ter alguns problemas com pragas que nós foram surgindo devido a fraca experiência que tínhamos, deslocamos a todas as instituições que falaste e que não havia sequer formação dessas partes para nós. Eu tive o ponto de um engenheiro me dizer “sim, sim, você está a falar comigo é como um médico de clínica geral, se quer falar sobre cogumelos tem de ir a um especialista”. Ou seja, ele é engenheiro, trabalhou naquilo até me aconselhou a fazer um projeto de cogumelos e depois diz que não, que não é a pessoa indicada, mas também não há pessoa indicada para te dar esse acompanhamento.

30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?

Mantivemos um bocadinho por teimosia, persistência, por não querer dar 5 anos da minha vida como perdidos. Tirei a madeira toda que tinha contaminada, e voltamos a encher a estufa inicialmente começamos por encher metade da estufa, devido a não estarmos convictos que íamos continuar, ela estava vazia tínhamos de pôr alguma coisa, numa segunda fase acabamos por encher a estufa. (Recomeçamos do zero). Claro que agora já com algum *know-how*, já com alguns clientes certos, um bocadinho com melhores condições do que numa primeira fase, mas estamos no início.

31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.

Um ponto forte será realmente a ajuda, se na verdade não houvesse essa ajuda dificilmente teria feito isto, se calhar teria optado por uma situação diferente... Não sei, dificilmente teria ideia de fazer uma estufa para fazer

cogumelos que eram coisas que não tinha nada que me identificassem com isso. A ajuda foi realmente um ponto forte, foi um empurrão, estava aqui um terreno, bem, há aqui uma ajuda que posso investir e fazer aqui um posto de trabalho mais perto de casa, com todas as vantagens e desvantagens disso.

A desvantagem possivelmente o acompanhamento, isto é tipo dás um carro a uma pessoa que nunca conduziu e tipo vai lá experimentar e a pessoa tanto vai bater nas paredes que depois vai conseguir andar com o carro para a frente aqui sentimos um pouco isso no início e houve um pouco de apoio depois houve um afastamento e as únicas vezes que víamos alguém era para fiscalizar se está a ser cumprido ou não. Depois quando vieram cá os engenheiros para ver aqui a praga existente, e eles não sabiam. Mande e-mails e entrei em contacto com instituições que nem me responderam. E é esta a estória que se passou por aqui.

7.2.3 Entrevista ao jovem agricultora 3

A) Caracterização do promotor

- 1) Nome**
Jovem Agricultor 3
- 2) Idade**
30 anos tinha 22 anos quando submeti
- 3) Género**
Masculino
- 4) Estado Civil**
Solteiro
- 5) Formação académica**
12 ºano
- 6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?**
Aguiar da Beira
- 7) Em que concelho, freguesia e lugar se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?**
Aguiar da Beira, o investimento foi feito a 0,5 Km de minha casa.
- 8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)**
Pessoa Singular
- 9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?**
O meu pai fez um investimento de frango do campo quando eu tinha mais ou menos 15 anos. E na parte da agricultura era a familiar.

B) Informações relativa ao projeto

- 10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.**
Produção intensiva de frango brancos num pavilhão com 20 metros por 90 metros dando 1800 m², cabiam 45000 frangos, mas o projeto foi para os 40000 frangos por causa da ventilação. Os investimentos foram um poço, um furo, desmatamento, saibrar o terreno, terraplanagem, reconstruir um armazém onde está a caldeira, arco de desinfecção, o aviário, pipetas, comedouros, sistema elétrico e o sistema informático. O que está escrito é 415 mil, porém no total foi 600 mil.
- 11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?**

Foi o meu pai.

- 12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?**

Foi em 2012, tendo esperado aproximadamente 1 ano para ser aprovado.

- 13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?**

Foi submetido por um engenheiro, mas não te sei dizer qual foi.

- 14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)**

Decidi a atividade.

- 15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?**

Empréstimo bancário.

- 16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve de fazer compromissos para viabilizar a aprovação do projeto?**

Na avicultura, para construíres um pavilhão tens de ter mais área do que a do pavilhão, que essa eu tinha, mas depois ainda tive de comprar a câmara a uns primos meus e mais terreno só para ter o terreno que eles exigiam por lei.

- 17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?**

No início ainda tinha, mas depois tinha de mandar outras pessoas por trás. Por exemplo no computador tem de haver ligação entre a temperatura e a ventilação e no início isso não estava a acontecer, os que montaram o pavilhão mandaram um electricista que disse que eu é que estava a fazer mal, mas depois tive de mandar um electricista meu para resolver o problema que eram os conectores que estavam avariados. Foram coisas deste género que me aconteceram.

- 18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?**

Sabia, o que não falta é disso.

- 19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?**

Da parte técnica falta de vontade, para não dizer outras coisas, ou seja, os frangos estão bons. Os frangos estão maus. Porquê? Como é que ganharam isto? As condições são sempre as mesmas temperaturas, ventilação e depois uns ficam doentes os outros não. Como é que é possível? Tenho sempre as mesmas

condições. O pavilhão está duas semanas sem nada e depois quando vêm ganham doenças?

Da parte financeira, tive graves problemas no financiamento que eles dão que é à volta de 45% para investimento de meio milhão de euros, ou seja, o resto tu tens ou tens de pedir ao banco. Imagina quanto é que tens de pagar no final dos 6 meses ao banco.

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

Sim, tive de tirar 5 formações. A de gestão de empresas, higiene e segurança no trabalho, bem-estar animal e mais duas que não me recordo bem.

21) Quia os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

O que falhou mais foi as financeiras e as datas. As datas não é por causa do IFAP, é mais por causa das pessoas que uma pessoa contrata, falham muito, tive lá um homem da terraplanagem que esteve lá dois meses, mas depois na fatura estava a indicar que ele esteve lá seis meses. Os do pavilhão foi a mesma coisa disseram que faziam em dois meses, mas depois demoraram seis meses.

A parte financeira, uma pessoa tem de ter as faturas para ir receber do IFAP, mas o banco só empresta se tu gastares primeiro.

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpru o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

Sim.

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalhavam no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizava ao projeto?

O número de posto de trabalho era um só, o meu, a parte das horas eu não tinha horas, se apontasse as horas, eu era milionário, eu tinha de lá estar de 3 em 3 horas depois dependia do tempo que lá passasse. Saís às 8 depois tens de ir ver a caldeira, as janelas, tens de ir ver tudo, depois se as coisas tivessem bem não as tinhas de reparar. O primeiro meio ano eu dormia 4 horas não fazendo mais nada.

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

Houve alterações.... Subiram o preço da farinha, subiram o preço dos medicamentos, subiram-me o preço do frango, mas não subiram o preço ao que eu lhes vendo o frango.

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

Não. Tu antes de começares a criar eles apresentam-te um contrato que é assim, o pinto custa x, vendemos a farinha Y. Eles subiram tudo isso no final do ano tenho menos uns 3000 euros, porque o preço da carne manteve-se igual.

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

Não, é um investimento muito grande e se uma pessoa não tiver o dinheiro do bolso mais vale uma pessoa não fazer nada. É mesmo assim, tu investes meio milhão e eles dão 45%, é o que 250 mil, onde tu vais arranjar os outros 250 mil? Fora do terreno? Tu quando já tiveres o pavilhão pago ao banco tu ganhas dinheiro, mas até lá.

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

Não, não dá para as despesas depois de terem alterado os valores de ração e do pinto.

28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?

Podiam melhorar o financiamento, por exemplo um financiamento a 60 % independente do valor já é uma mais valia.

29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?

Do IFAP podiam facilitar mais, em vez de apresentar a fatura, já que as despesas são fixas eles podiam dar logo, imagina eu recebi um bónus de 30 mil euros no início, para eu avançar, mas não chega para nada. Tu devias ter mais dinheiro a entrada para depois puderes apresentar as faturas. Da parte da Direção geral Alimentar tive alguns problemas, por exemplo, tive o homem da desratização que cobrava 1000 euros anuais e que depois não fez um esquema onde pôs os engodos e não os ia substituir, nessa altura foi a doutora que me obrigou a fazer o esquema porque se não multava-me.

30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?

Está a trabalhar, está a produzir.

31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.

Ponto positivo fiz um aviário, ponto negativo ainda tenho um aviário. Aquilo é uma prisão autêntica, podes ir aqui ou acolá, mas não podes passar duas

horas porque sabes que depois tens de voltar. Tenho um pavilhão, tenho um terreno o que é bom mas depois não podes ir para uma festa que já está o pavilhão a apitar porque falta água, ou porque está frio, ou está calor.

7.2.4 Entrevista ao jovem agricultora 4

A) Caracterização do promotor

1) Nome

Jovem agricultor 4

2) Idade

32 anos sendo que quando submeti o projeto tinha 27.

3) Género

Masculino

4) Estado Civil

Divorciado

5) Formação académica

12º ano

6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?

Mangualde

7) Em que concelho, freguesia e lugar se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?

Mangualde

8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)

Pessoa Singular

9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?

Não tinha qualquer experiência.

B) Informações relativa ao projeto

10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.

O investimento foi de 1 ha de mirtilo com um investimento por volta dos 50 000 euros sendo que este foi feito na preparação do terreno, na aquisição das plantas, num pavilhão de apoio e uma arca frigorífica.

11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?

Foi através de anúncios de divulgação do estado.

12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?

O projeto foi submetido em 2013, tendo demorado aproximadamente 3 meses.

13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?

Sim, foi o Srº Tozé.

14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)

A área, ninguém sabia de nada na altura desta cultura.

15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?

Por capitais próprios.

16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve de fazer compromissos para viabilizar a aprovação do projeto?

Não.

17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?

Não.

18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?

Sabia, era para a cooperativa de Mangualde que tinha um contracto com um grande fornecedor internacional.

19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?

Financeiros, a falta de liquidez.

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

Sim as 4 formações de jovem agricultor.

21) Quias os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

Foi tudo cumprido.

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpriu o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

Cumpri, estamos a produzir quase 20 toneladas.

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalham no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizou ao projeto?

Trabalham 12 pessoas na época alta (meio ano) na apanha do mirtilo. Eu são aproximadamente 2 horas diárias.

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

Sim, depende da altura do ano. No início, os mirtilos são mais bem pagas do que na parte final.

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

Sim.

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

Sim.

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

Sim, neste momento não há nada melhor. O subsídio e a produção permitem para ganhar dinheiro.

28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?

Tive muita sorte.

29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?

Faltou um pouco de apoio técnico.

30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?

Continuei.

31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.

Como ponto forte o financiamento que no ProDeR era bom, porém Falta um pouco de apoio técnico do estado, acho que não deviam ir lá só ver se está tudo bem.

7.2.5 Entrevista ao jovem agricultora 5

A) Caracterização do promotor

1) Nome

Jovem agricultor 5

2) Idade

33 anos sendo que na altura de submissão tinha 27, mas tive de estar um ano há espera.

3) Género

Masculino

4) Estado Civil

Divorciado

5) Formação académica

Mestrado integrado em engenharia Mecânica.

6) Qual a sua freguesia e concelho de residência?

Mangualde

7) Em que concelho, freguesia e lugar se localiza a exploração onde foi realizado o projeto de investimento?

Mangualde, na altura era freguesia da Mesquitela, mas agora com a unificação das freguesias é Mangualde.

8) Qual a tipologia do promotor? (pessoa singular ou coletiva)

Pessoa Singular.

9) Já tinha experiência na agricultura antes de submeter o projeto? Se sim, quantos anos e em que atividades?

Nunca tinha trabalhado em agricultura, o que conhecia da agricultura era a agricultura familiar.

B) Informações relativa ao projeto

10) Descreva a finalidade do projeto, particularmente as atividades a que se destinou e a sua dimensão (área, número de cabeças, etc.), a tipologia dos investimentos realizados e o valor do investimento.

O projeto é um pomar de Mirtilos sendo na altura 1,4 ha. No início aquilo era um pinhal e cortaram-se as árvores, arrancaram-se os cepos, nivelou-se o terreno porque ele era muito irregular, foi lá uma bulldozer, depois foi ripado. Abri um furo porque aquilo não tinha água, fiz um armazém de 70 m², puxei uma baixada de eletricidade. Fiz os camalhões, comprei os arbustos, a rega e depois passado um ano é que foi posto o sistema de fertirrega, não havia ninguém que me

soubesse fazer isso. Aquilo foi aprovado a volta dos 90 000 euros, tendo depois eu investido 30 000 euros.

11) Como teve conhecimento do programa de apoio ao investimento da exploração?

Conversa entre amigos.

12) Em que ano concorreu aos apoios do Estado para financiar o Seu projeto? Quanto tempo demorou desde a submissão do projeto até ter sido aprovado?

O projeto foi submetido em 2013 sendo que demorou 1 ano e meio, mais ou menos.

13) Para elaborar o projeto recorreu a algum tipo de consultoria agrícola? Quem submeteu o projeto?

Foi eu que fiz.

14) Na elaboração do projeto qual foi a sua participação (Decidiu tudo? Decidiu a atividade? Decidiu a área a afetar a cada atividade?)

Foi eu que fiz tudo, foi eu que decidi tudo.

15) A forma de financiamento da parte não reembolsável foi feita por que via?

Capitais Próprios.

16) O que constava no projeto correspondia integralmente àquilo que desejava fazer ou sente que teve de fazer compromissos para viabilizar a aprovação do projeto?

Não tive, na altura ao qual me candidatei foi efetivamente o que eu queria fazer.

17) Na fase de implementação continuou com algum tipo de assessoria?

A COAPE deu um determinado apoio a partir de determinada altura, mas digamos não foi uma prestação de serviços que eles fizessem, como me tornei cliente deles também, ao fim ao cabo foi uma assessoria cliente/fornecedor.

18) Sabia de antemão onde ia escoar o seu produto?

Sim, depois tornei-me integrado da COAPE, que a partida toda a produção era escoada a partir deles.

19) Como caracteriza a experiência na execução e arranque do projeto? Quais os principais obstáculos e constrangimentos que encontrou (técnicos, financeiros, disponibilidade de tempo próprio, oferta de mão de obra adequada)?

Tive dificuldade na altura para fazer o sistema de fertilização, aqui na zona as pessoas diziam que sim, mas quando chegou a altura de fazer não apareciam. De resto nada a salientar, tenho colegas que se queixam do IFAP que demora muito a fazer os pagamentos, mas na altura até correu bem.

20) Foi obrigado a frequentar algum tipo de formação? Qual?

Foi, tinha de fazer 4 módulos. O de base sobre agricultura, tive de fazer um que era experiência do terreno, o outro não me lembro muito bem. O da gestão de empresas pedi equivalência de uma pós-graduação que tinha.

21) Quias os principais desvios entre o que estava previsto e o que foi realizado (culturas, tecnologias, financiamento, datas)?

Tive muita derrapagem a nível financeiro, a preparação do terreno gastei mais do que estava previsto, no armazém, no furo que teve de ser mais fundo do que estava previsto, o principal foi a preparação do terreno, a fertirrega tive eu de fazer.

C) Situação após 5 anos de início do projeto

22) Cumpriu o tipo de produção e as quantidades que se comprometeu a produzir no ano cruzeiro?

Cumpri, o meu plano financeiro, que eu fiz em 2013 foi mais conservador do que aquilo que eu consegui vender, tanto a nível de preços como a nível de produção.

23) O número de postos de trabalho criados corresponde ao previsto no projeto? Quantas pessoas trabalhavam no projeto? E você, quantas horas diárias disponibilizava ao projeto?

É assim, não me recordo o que propus em projeto mas posso te falar o que se passa agora eu no período de colheitas entre junho e setembro ando em média com 8 pessoas, sendo 40 horas semanais, podas em janeiro, duas pessoas um mês e meio, pois porque agora eu já tenho 1.9 já plantados. Nas horas que eu disponibilizo em média é 2 horas pois tenho de cortar o relvado, sendo que na altura da colheita são 4 horas.

24) A forma de escoamento da sua produção seguiu os canais que estavam previstos no projeto? Vendeu ao preço que submeteu o projeto? Se houve alterações do valor o que acha que aconteceu?

A maior parte das vezes excedi o preço que eu tinha em projeto. O mercado é que manda, a lei da oferta e da procura.

25) O valor real que faturou está de acordo com o previsto no projeto? Se houver diferenças explique o que acha que contribuiu para esta situação? (alteração de mercado, aceitação do produto pelos consumidores)

Excedi, eu sou integrado que têm uma parceria com um dos maiores *players* a nível mundial para já a escoar tudo o que produzimos e a manter-mos a um preço bastante competitivo para o consumidor, dentro da realidade, claro que

o nosso intuito é sempre vender ao melhor preço se vender a 3 não é mau, mas vender a 4 é bem melhor.

26) Pensa que o nível do incentivo não reembolsável (subsídio a fundo perdido) é adequado ao custo de iniciar/ melhorar uma exploração agrícola?

Isso é muito relativo. O que eu acredito é se não fosse estes subsídios havia muito menos pessoas a iniciarem na agricultura, contudo também há muita gente que se mete nisto e depois estraga a vida deles e gasta fundo públicos, é uma estratégia, poderia haver outras.

27) Se voltasse atrás no tempo, sabendo o que sabe hoje, voltava a instalar-se? Porquê?

Sim, tanto que aumentei e porque gosto da agricultura, acredito na agricultura e fazendo as contas entre os proveitos e os custos tem me dado uma margem de lucro bastante razoável.

28) O que acha que deveria ser alterado ou melhorado no processo de candidatura ao programa de apoio ao investimento a que recorreu?

Na minha opinião quem quer vir a ter acesso a fundo perdido devia rastreabilizar melhor os proponentes. Quem vem para isto primeiro devia fazer formação e depois é que se candidata, porque à partida íamos filtrar muita gente, quem realmente está interessado ou não, muitas das pessoas ao se aperceberem da agricultura, se gostam ou não. Ficava mais dinheiro para quem gosta e quer andar.

29) Ao longo dos 5 anos sentiu-se apoiada por parte das instituições do sector agrícola (IFAP, entidades do ambiente, organizações de produtores)? Que tipo de apoio recebeu? Que falhas detetou?

O IFAP aqui de Viseu (que é o que eu conheço) sempre teve uma atitude proativa pois há sempre coisas a resolver, entre aquilo que foi feito e aquilo que estava previsto há sempre um desvio e eles ajudaram.

30) No final dos 5 anos o que fez com a empresa?

Expandi.

31) Faça um resumo da sua experiência enquanto beneficiário da ajuda ao investimento e aponte um ponto forte e um ponto fraco de todo o processo.

Um ponto fraco é a burocracia que é muita e não há filtragem dos promotores à partida.

Um ponto forte foi alavancar uma parte do negócio, mesmo para quem precisa de recorrer a um empréstimo bancários, tendo um projeto aprovado pelo IFAP é um bom ponto de partida, para ele conseguirem os empréstimos se não eles não faziam nada.